

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais

BRUNA LUIZA KÖHLER

INOVAÇÃO, EMPREGO E DESIGUALDADE

Florianópolis, 2018

Bruna Luiza Köhler

INOVAÇÃO, EMPREGO E DESIGUALDADE

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para o grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Geraldino Silva Júnior.

Florianópolis, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 a aluna BRUNA LUIZA KÖHLER na disciplina CNM 7101 - Monografia, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilson Geraldino Silva Júnior
(Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Carmen R. O. G. Gelinski
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Marialice de Moraes
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a *Giselle Liane*.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de conclusão de curso não seria possível neste momento sem a ajuda, dedicação e paciência da minha psicopedagoga Maria Celeste Boettcher, que fez parte do meu desenvolvimento educacional por muitos anos, ensinando a ler e escrever, além de ter me ajudado a lidar com o meu Distúrbio do Processo Auditivo e a Dislexia.

Agradeço a minha mãe Giselle, avó Veralba e a minha irmã Mariah, por terem ajudado e apoiado durante todos esses anos, apesar das dificuldades, a quebrar todos os paradigmas da minha vida e concluir mais esse desafio. Meus agradecimentos ao meu noivo Rubens e as minhas amigas da faculdade, que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida, e ao Kim que mostrou a reportagem que deu a ideia para o tema dessa monografia.

A Universidade Federal de Santa Catarina e o Governo Federal por me dar toda a assistência necessária para me manter em Florianópolis/SC e na universidade para concluir este curso. Ao meu orientador, pela oportunidade, dedicação e apoio na elaboração deste trabalho. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“As ideias dos economistas e dos filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, tem mais importância do que geralmente se percebe. De fato, o mundo é governado por pouco mais do que isso.”

John Maynard Keynes

RESUMO

Este trabalho tem como propósito apresentar os efeitos das inovações tecnológicas no mercado de trabalho e na desigualdade salarial. Na primeira parte, será tratado sobre a inovação e emprego, de forma a analisar as modificações presente no mercado de trabalho com o avanço de tecnologia, e as mudanças no mercado de trabalho, com a formalidade e informalidade do trabalho. Na segunda parte, será abordado a desigualdade na distribuição salarial por decorrência das inovações, e as evidências no mercado de trabalho de trabalhadores qualificados e não qualificados no novo cenário globalizado. A última parte deste trabalho tem como elemento central discutir as possibilidades abordados na teoria do Estado do bem-estar social da terceira geração como um recurso para minimizar a desigualdades de renda causadas pelo capitalismo e a globalização.

Palavras-chave: Inovação. Avanço Tecnológico. Mercado de Trabalho. Desigualdade Salarial. Bem-Estar Social.

ABSTRACT

This paper aims to present the effects of technological innovations on the labor market and wage inequality. In the first part, will be treated on innovation and employment, in order to analyze the changes present in the labor market with the advancement of technology, and changes in the labor market, with formality and informality of work. The second part will address the inequality in the salary distribution as a result of innovations and the labor market evidence of skilled and unskilled workers in the new globalized scenario. In the last part of this work the central element is to discuss the possibilities addressed in the theory of the Third Generation welfare state as a resource to minimize income inequalities caused by capitalism and globalization.

Key-words: Innovation. Technological progress. Job market. Wage inequality. Social Welfare.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 METODOLOGIA	16
2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ASPECTOS GERAIS	17
2.1.1 EFEITOS DA INOVAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	19
2.1.2 MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO	21
2.1.3 DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	23
3 INOVAÇÃO E EMPREGO.....	26
3.1 INOVAÇÃO <i>versus</i> GERAÇÃO DE EMPREGO.....	27
3.2 O PROGRESSO TECNOLÓGICO E A ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	29
3.2.1 TECNOLOGIA E TRABALHO NO CENÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO	32
3.3 FORMALIDADE E INFORMALIDADE DO TRABALHO.....	35
4 INOVAÇÃO E DESIGUALDADE	41
4.1 DETERMINANTES DAS DIFERENÇAS NAS DISTRIBUIÇÕES DAS REMUNERAÇÕES DO TRABALHO	42
4.1.1 ESCOLARIDADE E RENDIMENTOS MÉDIOS DO TRABALHO NO BRASIL	45
5 ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL DA TERCEIRA GERAÇÃO	50
5.1 ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL	52
5.2 CONCEITO DE BEM-ESTAR: UMA CARACTERIZAÇÃO MÍNIMA	53
5.3 UM SISTEMA DE BEM-ESTAR EM UMA REALIDADE GLOBALIZADA.....	58
6 CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O objetivo deste trabalho é analisar efeitos das inovações tecnológicas no mercado de trabalho e na desigualdade de renda, abordando teorias de políticas sociais para minimizar os efeitos adversos das inovações na sociedade. As previsões são de que a economia mundial provavelmente crescerá menos do que anteriormente à crise global, o que complicará a tarefa de gerar mais do que 42 milhões de empregos necessários para se adequar ao número crescente de pessoas que entram anualmente no mercado de trabalho mundial (KON, 2016).

Segundo Ohlin (2013), os problemas relacionados à permanência de considerável desemprego e sua relação com as políticas sociais adotadas atingem de maneira similar grande parte dos países, mesmo os que são considerados mais avançados. À medida que as economias mundiais se encontram sujeitas a novos ciclos de depressão que podem ocorrer crescentemente, é importante que os governos se encontrem preparados para esse enfrentamento (KON, 2016).

Para começar, devemos compreender a natureza das transformações tecnológicas e econômicas ocorridas ao longo do século XX. O paradigma tecnológico¹ estabelecido a partir de inovações técnicas e organizacionais, abriu uma trajetória inteiramente nova para a organização interna da firma e sua interação com o mercado, alterando a dinâmica da acumulação de capital (TIGRE, 2005).

Em função dos progressos revolucionários, no final do século XIX, houve uma mudança nos meios de comunicação e transporte, o surgimento do telégrafo, das ferrovias e dos navios a vapor, facilitou acesso a mercados (locais, nacionais e internacionais), destruindo barreiras econômicas assentadas nos altos custos de transportes e criando oligopólios mais estáveis (RAMOS, 2007).

Além das revoluções nos transportes e comunicações, três sistemas de inovações contribuíram para alterar a estrutura da indústria, gerando novos modelos de firmas e mercados: a eletricidade, o motor à combustão e as inovações organizacionais fordistas-tayloristas. Tais inovações contribuíram também para mudar o centro dinâmico do

¹ O paradigma tecnológico, por sua vez é definido como um “modelo” ou um “padrão” de soluções de um conjunto de problemas de ordem técnica, selecionado a partir de princípios derivados do conhecimento científico e das práticas produtivas (DOSI, 1982, p.152).

capitalismo do Reino Unido para os Estados Unidos e, em menor escala, para a Alemanha e a França (TIGRE, 2005).

No final do século XX, as empresas passaram por um novo processo de transformações, caracterizado pela incorporação de novos modelos organizacionais mais intensivos em informação e conhecimento. A globalização e a liberalização dos mercados reduziram os espaços econômicos privilegiados, eliminando características das diferentes economias nacionais. As tecnologias da informação e comunicação (TIC) têm um papel central neste processo, pois constituem não apenas uma nova indústria, mas o núcleo dinâmico de uma revolução tecnológica. Ao contrário de muitas tecnologias que são específicas de processos particulares, as inovações derivadas de seu uso têm a característica de permear, potencialmente, todo o tecido produtivo (TIGRE, 2005).

A microeletrônica está na base da maioria das inovações em produtos, processos e técnicas organizacionais introduzidas nos últimos vinte anos. O microprocessador, desenvolvido pela Intel em 1971, mudou a trajetória tecnológica mundial, até então apoiada no uso intensivo de energia e materiais. Sua difusão, entretanto, exigiu o desenvolvimento de uma nova infraestrutura, baseada nas telecomunicações digitais (cabos óticos, radio e satélites) que só foram efetivamente completadas nos anos 90. O aperfeiçoamento do “computador em um único chip” abriu caminho para uma onda de inovações complementares e convergentes, cujo ápice pode ser o advento da Internet e do comércio eletrônico, que revolucionaram a organização do sistema produtivo (TIGRE, 2005).

Já as novas tecnologias como a nano e a biotecnologia estão em ascensão, revolucionadas pelo mundo da ciência. A nanotecnologia já é utilizada em janelas autolimpantes, roupas impermeáveis, tintas e nos computadores. A biotecnologia foi responsável por desenvolver novos medicamentos e produtos estéticos, por meio de manipulações de organismos e, até mesmo, de DNA.

Mais recentemente, a Inteligência Artificial, que é um ramo de pesquisa da ciência da computação que busca, através de símbolos computacionais, construir mecanismos e/ou dispositivos que simulem a capacidade do ser humano de pensar, resolver problemas, ou seja, de ser inteligente.

A aceleração com que as inovações tecnológicas vêm sendo introduzidas nas organizações é uma das principais características nas últimas três décadas, pois traz a necessidade de rever e reformular frequentemente suas práticas e modelos de gestão adotadas. O fator tecnológico é indispensável para a vitalidade da economia. Schumpeter

(1982) chegou à conclusão de que as inovações tecnológicas ou o progresso técnico são o principal gerador de mudanças na economia. As inovações tecnológicas são a fonte verdadeira do lucro, pois geram o desenvolvimento econômico de um país, e são responsáveis pelo rompimento e /ou aperfeiçoamento das técnicas e processos de produção. Desta forma, pode trazer ganhos em termos de competitividade. No entendimento de Schumpeter (1997), as empresas para permanecerem inseridas no sistema econômico devem sempre inovar.

Na teoria, denominada de "destruição criativa", fica claro quando Schumpeter lança *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942 (obra original de 1942, versão consultada em português de 1984), onde acredita que, pela sua própria natureza de mudança, o capitalismo nunca está, ou nunca poderá estar, num estado estacionário, e que a inovação "[...] incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova". (SCHUMPETER, 1942, p. 112-3 obra original de 1942, versão consultada em português de 1984). Representando, assim, um fato indispensável acerca do capitalismo, o processo de *Destruição Criativa*.

Diante disso, as novas tecnologias vão sempre provocar mudanças no ambiente social da organização e é complicado imaginar alguma inovação tecnológica que pudesse ser introduzida na organização sem provocar algum efeito. Com a amplitude das novas tecnologias e inovações tecnológicas constantemente adotadas, é plausível imaginar a enorme abrangência de seus efeitos, tanto do lado social quanto econômico e político.

A tecnologia está presente em todas as formas de organização, tendo uma potente força, que pode estender as capacitações humanas. A revolução industrial usufruiu da tecnologia para estender a capacidade física do homem realizar trabalho. A revolução da informática está estendendo a capacidade de realizar trabalhos mental e redistribuindo o tempo que se dedica a realizar diversas atividades. A tecnologia é dinâmica e evolui rapidamente, e pelo seu ritmo atual, está longe de terminar. Dessa forma, torna-se difícil identificar como ficarão as novas formas de organização no futuro, diante de novas formas de tecnologias (GONÇALVES, 1994).

O avanço nas tecnologias tem uma relação com os fenômenos econômicos, mas estão invadindo as dimensões políticas, sociais e culturais, trazendo, como consequências, mudanças no tamanho e nas atribuições do Estado, a desregulamentação das economias nacionais, a reestruturação do mercado de trabalho, novas formas de organização do trabalho, a flexibilização do trabalho, o crescimento dos empregos precários, o desemprego

intermitente e estrutural e a exclusão de conjuntos de trabalhadores do mercado formal (DELUIZ, 1996).

Entre as modificações passaram a existir o trabalho informal, fragmentado, autônomo, temporário, parcial e as terceirizações, uma nova realidade que só prejudicou os trabalhadores. Com isso, nem todos irão fazer parte do mercado formal/informal de trabalho. Logo, as transformações no mercado de trabalho contribuem para uma nova forma de distribuição de salário. E por isso ocorre uma maior desigualdade (SILVA, 2015).

Além das mudanças ocorridas no universo do trabalho, podemos incluir as reestruturações por parte do Estado como no econômico, político e social. Desta maneira, o papel do Estado na sociedade capitalista na contemporaneidade torna-se relevante para minimizar as mudanças decorrentes dos avanços tecnológicos e consequentemente transformações no mercado de trabalho.

Diante deste contexto, a presente pesquisa visa discutir e compreender melhor a relação inovação, emprego e desigualdade, em que a análise é baseada no questionamento: Qual a importância dos efeitos da inovação no emprego e na desigualdade de renda e qual o papel do Estado de bem-estar social para minimizar as distorções causadas pelas inovações?

1.2 OBJETIVOS

Os Objetivos deste trabalho podem ser divididos em Gerais e Específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as inovações tecnológicas, seus efeitos no mercado de trabalho e na desigualdade de renda, abordando teorias de políticas sociais para minimizar seus efeitos na sociedade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender as implicações dos avanços tecnológicos nas novas formas de organizações de trabalho, analisando a dinâmica do emprego formal e informal, e do trabalhador qualificado e não-qualificado.

- b) Analisar as alterações da desigualdade de renda, demonstrando as novas maneiras de distribuição salarial e os lucros altos nas novas organizações, por consequência, do aumento de inovações tecnológicas.
- c) Caracterizar a importância e o papel do Estado de bem-estar social da terceira geração, o uso de políticas sociais, no intuito de minimizar a desigualdade de renda e sustentar os níveis de crescimento econômico.

1.3 JUSTIFICATIVA

Há alguns anos se discute a questão da inovação e as mudanças que dela podem ocorrer, no entanto, faz pouco tempo que tem se levantado argumentos e debates sobre como a inovação está atingindo grandes proporções e o que isso pode influenciar no mercado de trabalho e na distribuição de renda (ARAÚJO; SACHUK, 2007).

Em 2017, no discurso de formatura da universidade de Harvard, o bilionário Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, deixou de lado as fronteiras da tecnologia, das redes sociais e do empreendedorismo digital. Escolheu como tema central “a criação de propósito”, defendendo uma alternativa ainda polêmica, mas que vem ganhando espaço no mundo: a de que os Estados garantam uma renda mínima a seus cidadãos, independentemente de classe socioeconômica, para que eles deem conta de despesas básicas como alimentação, moradia e saúde.

Chegou a hora de nossa geração definir um novo contrato social. Deveríamos explorar ideias como a da renda básica universal para garantir que todos tenham segurança para testar novas ideias (Zuckerberg, 2017).

Zuckerberg faz parte de um grupo de lideranças do Vale do Silício que vêm ampliando a visibilidade de um movimento internacional em favor da renda básica universal, organizado em rede desde meados dos anos 80. Elon Musk, fundador da Tesla, a montadora de carros elétricos que recentemente ultrapassou a Ford em valor de mercado, declarou em

fevereiro que o modelo é possivelmente a melhor solução para lidar com a crescente abundância de bens e a escassez de empregos geradas pelas novas tecnologias.

O tema é antigo e tem atraído pensadores à direita e à esquerda do espectro político. Formas de renda básica universal são discutidas ao menos desde a Antiguidade. Para muitos liberais, o modelo é atraente por abrir a possibilidade de simplificação dos sistemas de seguridade social e eliminar a burocracia relacionada a eles. Para a esquerda, é uma forma de reduzir desigualdades sociais geradas pelo capitalismo.

Pode-se perceber, assim, que muito se fala de inovação, emprego e desigualdade de formas separadas, mas muito pouco citadas juntas, mas neste caso, uma coisa leva a outra, ou seja, a inovação faz com que tenham mudanças nas organizações, afetando o mercado de trabalho. Com isso, algumas mãos de obra são substituídas por tecnologia ou necessitam de qualificações para utilizá-las, e desse jeito pode ocorrer modificações na distribuição salarial, o que causa as desigualdades de renda (SACHUCK; TAKAHASHI; AUGUSTO, 2008).

Apesar dessa relação a ser analisada de uma forma mais ampla, é fundamental nesse momento fazer uma análise mais focada na inovação tecnológica e os efeitos que ela causa ou pode causar, na sociedade contemporânea. Então, esse trabalho se justifica por construir uma análise, a partir da revisão de literatura, das relações que desencadeiam a inovação, emprego e desigualdade, e mostrar como as políticas públicas e sociais podem desempenhar um papel fundamental para minimizar os efeitos dessa relação (ACEMOGLU, 2000).

Logo, pode-se enxergar que as inovações tecnológicas vêm fortalecendo o debate acerca dos seus efeitos no mercado de trabalho, no qual pode causar impactos na distribuição salarial, representando um importante problema a ser discutido, e por isso esse trabalho tem como objetivo analisar e caracterizar este debate.

Ao responder à pergunta de pesquisa, este estudo colabora com uma leitura acerca da necessidade de mostrar um problema que surge na sociedade capitalista e é pertinente nas relações de trabalho. Ademais, referem-se às condições dos trabalhadores em relação aos avanços tecnológicos, e também a necessidade de proteger o trabalhador dos impactos das mudanças na sociedade capitalista, através de políticas sociais.

Deste modo, o resultado desta análise poderá contribuir para o debate nos próximos anos do crescimento econômico através das inovações exercidas pela sociedade capitalista, os efeitos que dela trás para as famílias assalariadas e o papel do Estado como regulador destes efeitos.

1.4 METODOLOGIA

Metodologicamente essa pesquisa é uma revisão de literatura. É possível afirmar isso porque, segundo Gil (2002, p.54) “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa”. Nesta linha, é preciso pontuar que esse estudo deverá analisar as relações inovação, emprego e desigualdade na sociedade contemporânea a partir de estudos de terceiros.

Para essa análise, foi aplicada a metodologia de pesquisa bibliográfica constituído por livros e artigos científicos. Assim, este trabalho será organizado em mais três capítulos, além do aqui disposto, articulados, onde os capítulos 2,3,4 e 5 será feito uma revisão bibliográfica a respeito das inovações tecnológicas e uma abordagem específica sobre as novas formas de organização impactando em transformações no mercado de trabalho relacionando emprego formal e informal.

Amparado pelos conceitos previamente apresentados, os capítulos 2,3,4 e 5, conterà uma abordagem focada na desigualdade de renda relacionando as mudanças ocorridas no universo do trabalho envolvendo a diferenciação na distribuição salarial.

Nos capítulos 4 e 5 haverá uma caracterização acerca do Estado de bem-estar social relacionando com a questão da desigualdade de renda e políticas sociais. Por fim, há um espaço destinado às considerações finais, identificando os resultados obtidos com a pesquisa e onde são apresentados com os comentários acerca dos mesmos.

2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ASPECTOS GERAIS

A palavra inovação associa-se ao ato de inovar, ao ato de fazer algo novo. Em um mundo em que o processo de mudança é bastante presente, a inovação elemento no centro de análises de diversos tipos, sendo discutida em diversos meios, muitas vezes sem o devido cuidado conceitual (FUCK; VILHA, 2012).

Umas das dimensões na qual a inovação surge com maior frequência são relacionados à produção de novos produtos ou processos intensivos em conhecimento. Esta dimensão tem relação com os desenvolvimentos científicos e tecnológicos, razão pela qual se emprega o termo Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para relatar os principais elementos que caracterizam o processo dinâmico que está impactando profundamente a economia, a sociedade e o meio ambiente.

Vale a pena evidenciar que a inovação tecnológica pode ser uma mudança radical, incremental ou revolucionária implementada por novos produtos ou processos, ou mudanças significativas em produtos ou processos existentes.

A origem do conceito de inovação pode ser conceituada aos trabalhos do economista Joseph Schumpeter (1883-1950), revelando que inovar é "produzir outras coisas ou as mesmas coisas de outra maneira, combinar diferentemente materiais e forças, enfim, realizar novas combinações". Ao decorrer de sua produção intelectual, o autor foi gradualmente sofisticando sua análise das fontes de inovação (FUCK; VILHA, 2012).

Em seu livro Teoria do Desenvolvimento Econômico, Schumpeter (1982), diferentemente dos argumentos do pensamento econômico tradicional, deixa claro que não é a quantidade de recursos que o país possui (população, terra, capital etc.), nem a sua capacidade precedente de poupança, que abrem os caminhos para o processo de desenvolvimento, mas a forma como ele os relaciona e os utiliza. Ele cita:

[...] o desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não (SCHUMPETER, 1982, p.50).

Torna-se relevante observar que Schumpeter (1982) modifica, com esse argumento, a noção de concorrência definida em termos "estáticos" pelo pensamento walrasiano-marshalliano, pois define que a concorrência que provoca uma "destruição criativa" do antigo,

entre os produtos e processos novos e velhos, serve tanto para as empresas pequenas quanto para as empresas "inovadoras", dado que aquelas terão de ajustar-se e reciclar suas estruturas técnicas de produção para sobreviverem e seguirem no mercado, sustentando, então, as forças do desenvolvimento.

Para Schumpeter, na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942/1984), "o impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria" (p.112). Por essa perspectiva, o desenvolvimento econômico é impulsionado por um conjunto de inovações, uma vez que é o fato gerador do que ele chama de "destruição criativa" nos mercados, o mesmo tempo em que cria, destrói – produzindo uma contínua mutação industrial “que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova” (p.113).

Nesse sentido, destaca-se a centralidade da inovação para análise econômica, mostrando que a "máquina capitalista" é mais complexa do que a descrita por Schumpeter, pois a inovação tecnológica desencadeia uma série de transformações, "difundindo-se em novos processos e produtos e afetando os hábitos e os costumes sociais institucionalizados em toda a sociedade" (CONCEIÇÃO, 2000, p.58).

As inovações tecnológicas, podem ser entendidas como a incorporação de produtos, serviços ou processos produtivos tecnologicamente novos e melhorias significativas em produtos e processos existentes. Acredita-se que uma inovação tecnológica de produto, serviço ou processo tenha sido implementada se a mesma tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto), ou utilizada no processo de produção (inovação de processo) (OECD, 2006).

Na terceira edição do Manual de Oslo, estudo publicado em 2006 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) voltado à mensuração e interpretação de dados relacionados às atividades de CT&I, destaca-se a proximidade entre as inovações de processo e as inovações organizacionais. Ambos os tipos de inovação são voltados à redução dos custos por meio de conceitos novos e mais eficientes de produção, distribuição e organização interna. A diferenciação entre elas é o tipo de atividade: inovações de processo lidam, sobretudo, com a “implementação de novos equipamentos, softwares, técnicas ou procedimentos, enquanto as inovações organizacionais lidam primordialmente com pessoas e a organização do trabalho” (OECD, 2006, p.66).

Contudo, existem discussões sobre os efeitos dos processos de inovação tecnológica e gerencial nas indústrias a curto e a longo prazo no que diz respeito à geração de empregos. Assim, será explorado melhor essa questão no próximo tópico.

2.1.1 EFEITOS DA INOVAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Com novos avanços da tecnologia, incluindo a Inteligência Artificial, são grandes as chances de que muitos postos de trabalho deixem de existir nos próximos anos. E não somente trabalhos de baixa qualificação, como dirigir um táxi. Estudo recente da consultoria McKinsey indica que 45% das atividades hoje remuneradas podem ser automatizadas com tecnologias já demonstradas. Na lista estão trabalhos feitos atualmente por executivos de finanças, médicos e CEOs. Só nos Estados Unidos, essas atividades rendem atualmente cerca de US\$ 2 trilhões anuais em salários (CHUI; MANYIKA; MIREMADI, 2016).

Há no mundo uma intensa controvérsia sobre os efeitos da tecnologia na redução dos postos de trabalho. Uma corrente defende que para cada tarefa extinta surgem outras novas. As novas atividades, contudo, exigirão requalificação técnica, e muitas pessoas que não forem capazes de se adaptar ficarão sem emprego. Basta lembrar os estragos causados pelos luddistas na primeira Revolução Industrial ou, mais recentemente, os protestos de taxistas contra o Uber, para imaginar o potencial de protestos dos excluídos pelo sistema. Ter uma renda básica impediria que essa parcela da população ficasse desamparada e pudesse se requalificar ou empreender. Também garantiria a manutenção de um mercado consumidor amplo para dar vazão ao aumento da produtividade e neutralizaria efeitos sociais negativos das inovações, reduzindo o potencial de críticas aos seus principais beneficiários, as companhias de tecnologia.

O crescimento do desemprego no mundo tem sido abordado por vários pensadores desde o século XIX. Muitos relacionam a introdução de inovações nos processos produtivos e a inovação gerencial às responsabilidades do agravamento desse problema, pois simplificam tarefas e aumentam a produtividade, sem que tenha aumento da demanda pelo trabalho (JÚNIOR; SIEDENBERG, 2005).

A redução do uso de mão de obra também se revela uma preocupação nas palavras de Bastos (1997, p.52):

[...] de um ponto de vista microeconômico, sempre que houver crescimento sistemático da produtividade do trabalho superior ao do produto face à incorporação de algum tipo de inovação, estar-se-á diante de um processo de racionalização produtiva poupador de mão-de-obra, uma vez que se produzirá mais com um menor número de trabalhadores empregados, sendo suposta constante a extensão da jornada de trabalho.

Ele ainda ressalta, que a introdução de inovações, tanto de natureza gerencial como tecnológica, causa um processo de racionalização produtiva e de aumento de produtividade. No entanto, deve-se ter em mente, que essas inovações também estão relacionadas a criação de novos produtos, serviços e mercados, e consequentemente, a nova frente de expansão do emprego (JÚNIOR; SIEDENBERG, 2005).

Para Schumpeter (1997), o desemprego tecnológico é um elemento do desemprego cíclico. Isso é evidenciado através dos ciclos econômicos, pois nos períodos de prosperidade econômica, acarretado pela incorporação de novas tecnologias, isto é, pela incorporação de mecanização no processo produtivo, responsável pela redução do trabalho necessário por unidade de produto, a demanda por trabalho pode diminuir.

No atual debate social mostra que geralmente o desemprego tem como o resultado de três fatores emergentes: a mundialização dos mercados, que gera uma reestruturação da produção, a introdução de uma tecnologia que usa cada vez menos mão de obra e o fim de um período de crescimento econômico sustentado, que assegura o pleno emprego (KATO; PONCHIROLI, 2002).

Dentro de um contexto de globalização, podem-se observar mercados altamente competitivos, movidos por políticas econômicas agressivas, que têm demonstrado um ambiente com grandes e imprevisíveis mudanças. Nesse sentido, a inovação tecnológica passou a ser um fator vital para a sobrevivência das organizações, visto que ela determina o avanço da qualidade de produtos e serviços.

Desta forma, tem-se a impressão de que a globalização e a tecnologia trazem consequências negativas, que têm levado muitas pessoas a declarar-se contra ela, pois aparenta carregar consigo tantas potencialidades positivas quando negativas. Entre as potencialidades positivas, podem-se indicar os avanços tecnológicos como geradores de bem-estar e conforto. Entre as potencialidades negativas, pode-se indicar o desemprego, que afeta países emergentes, em grande parte por desqualificação profissional (KATO; PONCHIROLI, 2002).

O trabalho é uma condição para existência humana, pois é dele que se extraem os recursos necessários à sustentação de sua vida. Já no ambiente organizacional, o trabalho se constitui no elemento fundamental para a organização atingir seus objetivos e garantir a sua sobrevivência. Então, acontece uma relação de troca: de um lado as pessoas disponibilizam suas habilidades para as organizações objetivando seu sustento e, por outro, as organizações pagam por este esforço com intenção de alcançar os resultados esperados. Mas o trabalho hoje, no século XXI ganhou novos aspectos, pois apesar das organizações terem um modelo administrativo competitivo, o sentido que os trabalhadores lhe atribuem mudou rapidamente (SILVA, 2015).

As transformações do mundo do trabalho contemporâneo foram de grandes complexidades, com o avanço tecnológico, a introdução de técnicas e máquinas. Assim, criou-se um modelo composto por automatização, *just-in-time*, trabalho em equipe, flexibilização da mão de obra, gestão participativa e aumento do controle de qualidade.

Contudo, novas formas de organização aparecem e, conseqüentemente, mudanças radicais têm sido observadas, como, por exemplo, o desaparecimento de empregos permanentes e, ao mesmo tempo, o surgimento de novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho. A força de trabalho fica diante de uma nova divisão: incluídos *versus* excluídos do mercado formal; qualificados *versus* não-qualificados; e trabalhadores de empresas modernas *versus* trabalhadores de empresas terceirizadas. Essas ocorrências fazem parte do processo de globalização da economia, da qual, o trabalho está como fator dominante, pois representa um valor importante na sociedade contemporânea (SILVA, 2015).

Assim, a educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais, pois é nelas que são conferidas funções essencialmente instrumentais, isto é, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores para as mudanças tecnológicas e minimizar os efeitos do desemprego.

2.1.2 MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

Baseando se em uma perspectiva global, a mudança nos mercados de trabalho tem sido conduzida por forças poderosas e interconectadas: rápidos avanços e inovações tecnológicas, organizacionais e de mercado e a sua difusão mundial, o aumento do comércio e dos investimentos diretos no exterior, a intensificação da concorrência nos mercados

internacionais e, mais recentemente, as alterações climáticas e a necessidade urgente de melhorar a gestão da energia e dos resíduos. Juntas, essas forças têm o potencial de desencadear transformações importantes nos sistemas econômicos em todas as regiões do mundo. As tendências e forças que podem ser identificadas hoje moldarão os trabalhos do futuro. Globalização, envelhecimento da população e tendências sociais, tecnológicas e nos negócios criarão oportunidades para diversas profissões, com nomes que muitas vezes ainda não existem atualmente (CHALLENGER, 2005; PATERSON, 2002).

Segundo as previsões do FEM (Fórum Econômico Mundial) sobre o futuro do trabalho apontam que 65% das crianças entrando no primário hoje estarão trabalhando em uma função completamente nova no futuro, que não existe atualmente. A tecnologia e as mudanças políticas e sociais sempre alavancaram transformações no ambiente e nas relações de trabalho. Contudo, as recentes mudanças têm acontecido de maneira cada vez mais rápida. Em muitas indústrias e países, algumas das principais ocupações ou especialidades de hoje não existiam há 10 anos ou mesmo há 5 anos. A tendência é que a velocidade das transformações só aumente (FEM, 2018). Essas transformações devem impactar diretamente a demanda de trabalho em diferentes áreas. O estudo do Fórum Econômico Mundial aponta que: até 2020, haverá uma queda de mais de 7,1 milhões de empregos devidos a mudanças no mercado; e destes, 2/3 estão concentrados em funções de escritório e áreas administrativas. No entanto, deve haver um ganho de 2 milhões de empregos nas áreas relacionadas a Computação, Matemática, Engenharia e Arquitetura. De acordo com o estudo, um exemplo de emprego que deve se tornar obsoleto é o da área de atendimento ao Consumidor, devido ao crescimento no uso da tecnologia móvel como canal de relacionamento com o cliente. Mas, duas atividades deverão ter destaque e uma demanda cada vez maior no mercado: Analista de dados e Vendedores especializados.

Relatório publicado pela Divisão de Estatísticas do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos afirma que os trabalhos de amanhã serão encontrados significativamente no setor de serviços, particularmente relacionados à saúde, comunicação e internet (CROSBY, 2002). Áreas relacionadas à estética, cuidados com a saúde e viagens também serão especialmente férteis.

A partir do início da década de 1980, as economias capitalistas vêm experimentando um conjunto de mudanças estruturais, em um contexto marcado pela globalização e intensificação da concorrência em âmbito mundial. Dentre essas mudanças destaca-se a

introdução de inovações tecnológicas e nas formas de organização do trabalho e da produção, como estratégia para a elevação da competitividade, por via do incremento da produtividade.

Como parte desse processo de transformações estruturais, verificam-se significativas alterações no nível e na qualidade do emprego, assim como nos requerimentos de qualificação. Com efeito, a utilização das novas tecnologias de base microeletrônica, associadas aos princípios de organização pautados na integração e na flexibilidade se, por um lado, apontam para as possibilidades de reaglutinação de tarefas e maiores exigências de qualificação, por outro, fazem crescer cada vez mais a ameaça do desemprego.

Na realidade, o crescimento sem emprego, a degradação das condições de trabalho para a maioria da classe trabalhadora e o crescente desemprego de segmentos qualificados da força de trabalho despontam como importantes desafios a serem enfrentados no século XXI. Ao mesmo tempo, tais fenômenos reacendem o debate entre as diferentes correntes teóricas em torno dos determinantes do desemprego e das tendências do emprego e da qualificação do trabalho humano frente ao avanço tecnológico.

2.1.3 DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

São diversas razões pelas quais a desigualdade de renda necessita ser investigada e monitorada. Primeiro, a desigualdade de renda tem um impacto sobre o bem-estar social ao passo que as sociedades têm preferência por equidade. Além do que, a desigualdade de renda está diretamente relacionada ao nível de diversas variáveis socioeconômicas importantes, como por exemplo, a taxa de desemprego, a taxa de mortalidade infantil, a taxa de poupança da economia e a dimensão da pobreza (BARROS; MENDONÇA, 1995).

Há um recente entendimento de que as mudanças tecnológicas proporcionam aos trabalhadores qualificados maiores oportunidades, já que ao substituir os processos antes desempenhados por trabalhadores não qualificados, faz com que necessitem de mais capacitação. Isso vem se mostrando expressivo nas últimas décadas, em que houve um aumento das principais desigualdades em todo o mundo, pois vem se intensificando a desigualdade na distribuição de renda, ocorrendo principalmente em países desenvolvidos (ACEMOGLU, 2000).

Essas relações, observadas mundialmente, se misturam com problemas sociais jamais resolvidos como a acentuada desigualdade da distribuição da renda, o analfabetismo e os

baixos índices de escolaridade que atingem grande parte da população, a saúde, tudo que implica nas condições para o exercício da cidadania (SEGNINI, 2000).

Assim, pode-se observar, que após décadas de mudanças nas formas de organização do capitalismo, que o desenvolvimento econômico não mais significa desenvolvimento social, como ocorreu em países hoje considerados desenvolvidos por um longo período (CASTEL, 1998). Já o desemprego não é resultado da ausência de crescimento econômico, mas se tornou dependente ao próprio crescimento econômico (SEGNINI, 2000).

A função de organizações internacionais reguladores tem sido fundamental, como entendido através de prescrições do Banco Mundial (1995, p.26-35):

Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimentos e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um crescimento rápido da produção. (...) O desenvolvimento econômico oferece aos participantes do mercado de trabalho oportunidades novas e em rápida mudança.

Para Arretche (1995), os serviços sociais surgem para dar respostas as dificuldades individuais, tendo em vista garantir a sobrevivência das sociedades. Portanto, pode-se compreender melhor o Estado de bem-estar social como uma transformação do próprio Estado a partir de suas funções, estrutura e legitimidade.

O Estado de bem-estar social tem como principal função não a redistribuição de renda, mas sim, de proteção do emprego e renda, e do bem-estar social. O trabalho é a forma de geração de renda nas sociedades capitalistas, e é deste jeito que o trabalhador consegue assegurar seu sustento e de sua família, e por isso o trabalho torna-se um fator essencial nessas sociedades. Diante disso, é importante observar que as políticas sociais de educação, saúde, alimentação, assistência, habitação, transporte e do próprio trabalho, estão relacionados ao trabalho e geração de renda (BUENO, 2016).

As suas definições têm como referência a ação estatal na organização e implementação das políticas de provisão de bem-estar, independentemente do grau em que se efetiva a participação do Estado, reduzindo os riscos sociais aos quais os indivíduos estão expostos, baseando-se em uma noção de direito. BENEVIDES (2011, p.12), complementa:

Também estão ligadas a uma determinada relação entre o Estado e o mercado, na qual o segundo tem alguns de seus movimentos modificados

pelo primeiro de modo a se reduzir os resultados socialmente adversos do mercado. Além disso, há a noção de substituição da renda, quando esta é perdida temporária ou permanentemente, dados os riscos próprios aos quais as economias capitalistas estão expostas.

A pobreza, analisada em sua dimensão simplificada de insuficiência de bens e serviços, está relacionada a dois determinantes: a escassez agregada de recursos e a desigualdade. Pode-se dizer que, atualmente, acredita-se que os níveis de pobreza estão associados aos índices de desigualdade de renda. Assim, a sua principal função seria de proporcionar aos indivíduos oportunidades que lhes permitam o acesso a bens e serviços que lhes forneçam bem-estar ao longo de sua vida, resguardando os indivíduos contra os riscos sociais (BENEVIDES, 2011).

3 INOVAÇÃO E EMPREGO

Durante algumas décadas, vem se falando dos avanços tecnológicos, como isso pode impactar no mercado de trabalho e como o homem para tornar-se obsoleto. Estamos no século XXI passando por mudanças significativas, sem ter a ideia das proporções, em que milhões de algoritmos criados por cientistas da computação atuam em servidores de todo o mundo com um único propósito: fazer o que os humanos fazem, mas melhor. Isto é, programas de computador inteligentes que permeiam o substrato da sociedade. Tomam decisões financeiras, preveem o tempo, calculam quais países podem entrar em futuras guerras. Assim, em breve, restara pouco para se fazer, porque as máquinas vão assumir nosso papel.

Apesar de parecer uma ideia futurista, essa visão é proposta por uma crescente comunidade de pensadores, cientistas e acadêmicos, que veem o avanço tecnológico como uma força disruptiva que logo transformará de forma inevitável todo o nosso sistema socioeconômico (PISTONO, 2017).

Segundo eles, a substituição do homem por máquinas aumentará imensamente nas próximas décadas. As mudanças serão tão drásticas e rápidas que o mercado será incapaz de criar novas oportunidades para aqueles que perderem seu trabalho, fazendo com que o desemprego não seja apenas parte de um ciclo, mas estrutural e cronicamente irreversível. Será o fim do trabalho como conhecemos. (PISTONO, pág. 13, 2017)

A maioria dos economistas não considera esses argumentos, e os que tratam dela afirmam que o mercado sempre encontra uma saída. A medida que as máquinas substituem homens, novas funções são criadas (PISTONO, 2017).

Algumas previsões para o futuro mais próximo são de que a economia mundial provavelmente crescerá menos do que anteriormente a crise global, o que complicará a tarefa de gerar mais do que 42 milhões de empregos necessários para se adequar ao número crescente de pessoas que entram atualmente no mercado de trabalho mundial. Como salienta Ohlin (2013), os problemas relacionados a permanência de considerável desemprego e sua relação com as políticas sociais adotadas atingem de forma similar a grande parte dos países, mesmo os que são considerados mais avançados. A medida que as economias mundiais se encontram sujeitas a novos ciclos de depressão que podem ocorrer, torna-se crescentemente importante que os governos se encontrem preparados para seu enfrentamento.

3.1 INOVAÇÃO *versus* GERAÇÃO DE EMPREGO

O crescimento do desemprego no mundo tem sido discutido por vários pensadores desde o século XIX. Muitos atribuem à introdução de inovações nos processos produtivos e à inovação gerencial as responsabilidades do agravamento desse problema, pois racionalizam tarefas e aumentam a produtividade, sem que haja aumento da demanda pelo trabalho.

O David Ricardo (1982) manifestou sua preocupação com a introdução da maquinaria nos ramos de produção. Preliminarmente, achou que a classe trabalhadora seria tão beneficiada quanto os proprietários de terras, pelo uso da maquinaria, à medida que possuíssem meios de comprar mais mercadorias com o mesmo salário em dinheiro, pois julgava que os salários não sofreriam redução, uma vez que os capitalistas teriam o poder de demandar e empregar a mesma quantidade de trabalho que antes. Mas, após estudo mais aprofundado declarou “[...] estou convencido de que a substituição de trabalho humano por maquinaria é frequentemente muito prejudicial aos interesses da classe trabalhadora” (RICARDO, 1982, p. 262).

Bastos (1997) salienta, que a incorporação de inovações, tanto de natureza gerencial como tecnológica, provoca um processo de racionalização produtiva e de aumento de produtividade. No entanto, deve-se ter presente, também, que tais inovações estão associadas à criação de novos produtos, serviços e mercados e, conseqüentemente, a novas frentes de expansão do emprego.

Já na perspectiva do Schumpeter (1997), o desemprego tecnológico é uma parte integrante do desemprego cíclico. Isso é demonstrado através dos ciclos econômicos, pois nos períodos de prosperidade econômica, causada pela introdução de novas tecnologias, ou seja, pela introdução de mecanização no processo produtivo, responsável pela redução do trabalho requerido por unidade de produto, a demanda por trabalho pode reduzir. Essa redução, no entanto, pode ser passageira, pois o gasto da parte do lucro empresarial, que não desaparece com a queda dos preços, será suficiente para evitar qualquer contração duradoura.

Desta maneira, os impactos causados pelos novos padrões tecnológicos, organizacionais e gerenciais sobre o nível de emprego, no caso das indústrias brasileiras, intensificaram-se a partir da abertura comercial, pois impuseram uma busca incessante pela maior competitividade. Para isso, encurtaram-se os ciclos de produção, consolidaram-se as tecnologias da informática e da computação, introduziram-se mudanças na divisão do trabalho e na alocação de mão de obra, reduzindo, assim, os requisitos de trabalho por unidade de

capital utilizado e, conseqüentemente, causando uma queda no emprego industrial. Ressalte-se que a demanda por mão de obra qualificada aumenta à medida que se intensifica o uso de novas tecnologias e novas formas de gestão.

O Toyoshima (2000), apoiando-se em elementos da teoria neo-schumpeteriana do desenvolvimento econômico, analisou a geração de crescimento no curto e no longo prazo e geração de empregos. Nesse estudo chegou à conclusão que a busca de ‘eficiência schumpeteriana’ é importante para gerar emprego, mas do ponto de vista do longo prazo. No curto prazo, a economia poderia gerar emprego através da melhoria da alocação de recursos, adotando tecnologias que utilizem muita mão de obra, no caso de esta ser um recurso abundante no país, o que permitiria o uso eficiente dos fatores de produção e, através de políticas dirigidas ao aumento da demanda efetiva, que acarretariam um aumento de postos de trabalho mediante a elevação da capacidade produtiva. Segundo ele, a perda de competitividade do país, decorrente da redução de investimento em capacitação tecnológica comprometeria as possibilidades de geração de emprego.

Para Toyoshima (2000), para sustentar determinado nível de emprego no país, na fase atual do capitalismo, quando existe a interação de todos os mercados, é necessária uma elevação da capacitação tecnológica, ou seja, um ajuste do tipo schumpeteriano. A busca de eficiências schumpeterianas provoca a redução do emprego no curto prazo, visto que as inovações decorrentes de novas tecnologias, geralmente, acarretam economia de trabalho, como tem se verificado historicamente. No longo prazo, porém, o emprego é afetado pelo investimento em capacitação tecnológica, o que pode ser explicado pelo fato de que a manutenção ou o aumento da competitividade permite ao país dinamizar sua produção em segmentos produtivos já existentes e implantar também novos.

Outra explicação é o fato de que o investimento nos segmentos mais dinâmicos gera maiores investimentos adicionais aumentando sua participação relativa no produto total em detrimento de segmentos produtivos já explorados em antigos paradigmas tecnológicos. O investimento em segmentos que utilizam mais as novas tecnologias permite, também, maior desenvolvimento das trajetórias tecnológicas relacionadas ao novo paradigma influenciando a competitividade futura do país. Sobre a geração de emprego, Toyoshima diz:

Do ponto de vista da geração de emprego, assim, deduz-se que os segmentos mais passíveis de exploração de eficiência schumpeteriana são aqueles também responsáveis por grande parte de novos empregos que serão gerados no futuro. Mesmo que não sejam diretamente responsáveis pela criação de

novos postos de trabalho, eles estão ligados a possibilidades e às alterações do emprego futuro (TOYOSHIMA, 2000, pg.45).

Nota-se, logo, a existência de uma polêmica, entre vários autores, sobre o assunto. Muitas pesquisas foram feitas, no entanto nenhuma levou a uma conclusão definitiva. As diversas opiniões pesquisadas levam à constatação de uma tendência à crença de que a inserção de inovações tecnológicas no processo produtivo, em curto prazo, pode levar a redução na absorção de mão de obra. No entanto, em longo prazo, abre novas possibilidades de trabalho, uma vez que exige mão de obra cada vez mais qualificada.

3.2 O PROGRESSO TECNOLÓGICO E A ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Segundo Schumpeter (1982), a dinâmica do desenvolvimento econômico, provoca mudanças na estrutura produtiva de uma economia, através do desenvolvimento das forças produtivas, da realocação setorial dos fatores de produção, com a consequente regionalização do capital e dos centros dinâmicos de desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas é impulsionado pela introdução da inovação tecnológica que assume papel primordial na determinação da realocação dos fatores de produção e na capacidade de acumulação. Essa inovação atua na difusão do crescimento econômico e da eficiência entre setores e regiões, de forma diferenciada e de acordo com a capacidade de introdução e assunção do progresso tecnológico pelos vários agentes produtivos.

As novas tecnologias introduzidas crescentemente nas últimas décadas nas sociedades desenvolvidas, e que recentemente vem se ampliando para os países em desenvolvimento, se referem principalmente a microeletrônica, a informática, a biotecnologia e a tecnologia dos materiais. Observam-se transformações econômicas e sociais relevantes em todos os níveis operacionais em que se difundem, embora o ritmo de difusão e os impactos sobre a divisão do trabalho nas nações menos avançadas sejam ainda incipientes (BLANCHARD, 1984; TAILLE, 1987; RATTNER, 1989; VILLELA e SILVA, 1994; MORAES NETO, 2003).

De qualquer forma, o desenvolvimento tecnológico implica em mudanças na capacidade produtiva das economias e na participação dos diferentes fatores de produção. Assim, esses conhecimentos técnicos e tecnológicos atualizados possibilitam a formação de novos capitais, modificações na organização das empresas e habilitação dos recursos humanos da sociedade. A capacidade de a sociedade ter benefícios com essas mudanças, decorre da

forma pela qual consegue se ajustar, com relação a redistribuição desses fatores de produção, de modo que a demanda global se ajuste a expansão do potencial econômico.

Primeiramente, o que se observou nos países avançados foi a perda de importância do modelo fordista de industrialização, em que a especialização nas tarefas pela mão de obra e pela máquina, para a organização do processo produtivo. O novo paradigma que emergiu, em que o marcante é o da economia industrial japonesa nos anos 1960, se baseia grandemente em um processo contínuo de inovação incrementais e secundárias, em substituição a operação de plantas totalmente automatizadas. A reestruturação desse processo teve como marco a flexibilidade para produzir vários produtos com o uso dos mesmos equipamentos que são reprogramáveis, associada a novas formas de organização e coordenação de pessoal e do planejamento da produção. Dessa maneira, a organização do processo de trabalho e as relações industriais ficaram dependentes de a capacidade da mão de obra demonstrar também padrões de flexibilidade que se ajustam a essa nova filosofia, não apenas no que se refere a capacitação para assumir tarefas variadas, como também a possibilidade de, em curto prazo, submeter-se a treinamento e reciclagem permanentes. O processo de desenvolvimento econômico, contudo, está fortemente vinculado as condições em que a força de trabalho se adapta as mudanças necessárias ocorrentes nesse processo de inovação tecnológica (KON, 1995).

A forma pela qual a acumulação de capital promove o desenvolvimento, seja, por meio de mudanças no processo de produção e de organização ou por novos produtos, está por sua vez relacionada a divisão social do trabalho em um dado momento, bem como a distribuição de renda, que atua não apenas determinando a demanda e , contudo, o emprego, como também o valor da força do trabalho e sua posterior divisão ocupacional. Assim, as mudanças de processo aumentam a produtividade em ramos de produção já existentes, tornando o produto mais barato e mudando a relação capital/trabalho. Ao reduzir essa relação em alguns ramos e elevá-la em outros, pode ocorrer uma redução na quantidade de trabalho necessária a produção de uma mesma quantidade de produto, reduzindo o emprego em setores específicos da economia. Por sua vez, o surgimento de novos produtos significa a substituição por produção local, de bens anteriormente importados ou não consumidos, resultando na ampliação da atividade produtiva como um todo e no aumento líquido do emprego.

As formas de mudanças no processo de produção ou de novos processos podem ou não se complementar, dependendo da situação de emprego da força de trabalho na economia, naquela conjuntura. Se houver uma situação de pleno emprego, por exemplo, o

desenvolvimento das forças produtivas só pode se verificar por meio de novos produtos. Se não estiver ocorrendo essa situação, é possível a introdução de novos produtos, sem que haja acontecido anteriormente mudanças nos processos produtivos e na relação capital/trabalho da economia. Nessa situação, o crescimento da demanda por trabalho acarreta em elevação dos salários verificando-se, portanto, que as mudanças de processo que poupam mão de obra são mais interessantes para o empresário, pois proporcionam maior lucratividade e consequentemente uma taxa elevada de acumulação de capital (KON, 1995).

Por outro lado, o aumento da demanda por mão de obra de maior qualificação em períodos de introdução de inovação tecnológica, resulta na polarização da renda em altos salários, o que por sua vez modifica a demanda por produtos, atendendo a necessidades de camadas de renda mais altas. Isto possibilita a continuação da dinâmica da acumulação e da redivisão social do trabalho.

A divisão do trabalho pelo lado dos processos de produção, e examinando-se a grande empresa retratada como forma resultante da concentração e centralização do capital, é contatado que essa divisão sofre os impactos de um aperfeiçoamento no conjunto de conhecimento que representam as técnicas, pois a distribuição do trabalho se condiciona a mudanças nos processos produtivos ou a produção de novos produtos, e se manifesta a partir da introdução do progresso tecnológico através do desenvolvimento das forças produtivas (KON, 1995).

O desenvolvimento das técnicas altera substancialmente a forma anterior da divisão social do trabalho, pois essas técnicas, em sua parte operacional, definem uma série nova de atos e normas que orientam sua aplicação sequencial, e a mão de obra deve estar adaptada a essas operações.

Assim, a possibilidade de a população de uma país que definirá sua força de trabalho ter maior ou menor acesso ao conjunto mais geral de conhecimentos, via escolarização elementar, ou acesso a experiência por meio de treinamento em alguma atividade produtiva, determinará o nível de ajustamento daquela sociedade as exigências da inovação tecnológica.

As diferentes ocupações resultantes do maior ou menor grau de inovação tecnológica exigem do operário habilitado para exercê-las uma série de atributos, que se apresentam em menor ou maior grau, quais sejam: um determinado esforço físico e mental, habilidade manual ou geral (compreensão e competência na arte), educação (uso da teoria formal aplicada a tarefa), experiência, riscos de acidentes, responsabilidade, grau de decisão (julgamentos que afetam o funcionamento do trabalho), influencia na produtividade e

antiguidade. Para cada função são exigidas algumas dessas qualificações que são afetadas pela penetração da automação. A medida que aumenta a automação, há a evolução de um nível para outro de qualificação, como exemplo, pode haver a substituição do esforço manual pelo mecânico, ou a máquina passar para o controle, com poder de “autocorreção” e de fornecer informações que servem de base para decisões, como a seleção de velocidade, de temperatura, etc. Dessa maneira, as ocupações mais mecanizadas reduzem as funções do operador. No entanto, passa a existir a necessidade de outras tarefas indiretas como programação (informática), engenharia, matemática, que criam novos trabalhos especializados (TAUILLE, 1984; MORAES NETO, 2003).

Em relação as vantagens para as novas ocupações criadas pela automatização, as visões encontradas na literatura são conflitantes, isto é, alguns analistas consideram que os resultados são favoráveis, pois o trabalhador se torna menos monótono e rotineiro, com níveis superiores de educação e treinamento e com maior remuneração. Outras abordagens salientam que as consequências são desfavoráveis, pois o trabalhador médio será deslocado pelo equipamento de maior produtividade, porque lhe faltam instrução e capacidade para exercer essas funções automatizadas. Isto porque essas transformações ocorrem em pouco tempo e a mão de obra existente não pode atender a demanda por maior qualificação, sem treinamento intenso; dessa maneira, algumas empresas, no curto prazo, substituem a mão de obra não habilitada por operários já qualificados ou aptos a se adaptarem rapidamente as novas ocupações (KON, 1995).

Contudo, pode ocorrer também em determinadas empresas que a automatização reduza as exigências de qualificação da mão de obra, ao requerer menor habilidade do operador após certos níveis de mecanização e o trabalhador médio será capaz de fazer diferentes tarefas mais rápidas e facilmente com o uso de máquinas altamente automatizadas (TAUILLE; OLIVEIRA, 1987; BASTOS; XAVIER SOBRINHO, 1993; MORAES NETO, 2003).

3.2.1 TECNOLOGIA E TRABALHO NO CENÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO

Nessa parte do trabalho, será descrito sobre os impactos das transformações tecnológicas sobre o ajustamento do mercado de trabalho, em um contexto de globalização das atividades. Se o progresso tecnológico, no decorrer das últimas décadas, possibilitou e conduziu ao desenvolvimento das relações socioeconômicas globalizadas, esse movimento de

interação entre as nações, da qual o ritmo de evolução tem se intensificado na atualidade, requer a busca de novas soluções tecnológicas em maior velocidade, e o surgimento de novos paradigmas tecnológicos e organizacionais em substituição aos modelos anteriores de produção e comunicação são uma premissa básica para a sobrevivência das empresas e países, no cenário competitivo da globalização. As economias de distintos níveis de desenvolvimento, nesse caso, passam para os processos diferenciados de mudanças qualitativas e quantitativas na sua estruturação do trabalho, segundo as condições específicas de sua força de trabalho, que permitam ou não o ajustamento mais dinâmico ao cenário da globalização.

O progresso técnico tem decorrido da evolução socioeconômica das nações o elemento-chave que impulsiona as economias, na busca da melhoria dos padrões de subsistência das sociedades, desde que cause o aumento do produto gerado por trabalhador ou o aumento na relação produto/insumos. Desde o começo de sua história, o homem aprendeu a aumentar o excedente sobre a produção mínima necessária para sua subsistência, através de invenções e melhoramento nos processos produtivos.

Na economia moderna, o progresso técnico tem sido examinado seja como induzido pelo crescimento, seja como indutor. Muitos explicam o avanço tecnológico como um fator exógeno, na forma de uma função surpreendente do tempo determinado fora do sistema econômico e, nesse sentido, o investimento não influencia o crescimento. Contudo, a realidade mostra que quando um país em desenvolvimento se encontra face a necessidade da escolha entre técnicas avançadas alternativas para a indústria como um todo, a taxa pela qual são introduzidas essas novas técnicas depende grandemente da taxa de investimento possibilitada pela economia no momento, e dessa maneira o progresso é determinado endogenamente (STEINDL, 1980) e influenciado pelo investimento.

Em contrapartida, a inter-relação entre investimento e progresso técnico é também visualizada na direção oposta, como salienta Kalecki (1968), quando o aparecimento de inovações estimula o investimento de tal forma que produz uma tendência secular, ou seja, existe uma tendência inerente ao capitalismo de superar constantemente os conflitos entre oferta e demanda, através da continua mudança técnica. Nota-se uma realimentação positiva entre investimento e inovação tecnológica, ou seja, o primeiro estimula a produção de inovações e estas estimulam o investimento.

Nesse contexto, o desenvolvimento de novas tecnologias tem sido, no decorrer da evolução das sociedades, um agente relevante que conduz a expansão das oportunidades de

combinações de recursos materiais e humanos disponíveis. A inovação tecnológica, portanto, decorre da necessidade de aumento da produtividade e da eficiência no uso de recursos, e como consequência são observados reflexos consideráveis no caráter e na natureza do trabalho humano (PEREZ, 2002; 2005; GALLOUJ; DJELLAL, 2010).

A criação de uma nova ideia (invenção), por meio de um ato intelectual da percepção de uma nova imagem, de uma nova conexão entre condições anteriores de produção ou de uma nova área de ação, se efetiva em uma inovação quando essa ideia é convertida ao uso prático, cabendo ao inovador estabelecer instalações para a nova produção e trazer o novo produto ou processo ao mercado, embora a inovação possa ser aplicada a situações que não passam pelo mercado. A introdução dessas inovações por parte de produtores públicos e privados em uma sociedade, implica uma escolha entre diferentes possibilidades tecnológicas, que repercutirão na absorção de maior ou menor quantidade no fator trabalho, de diferentes níveis de qualificação. No contexto econômico global de um país, o desenvolvimento tecnológico refletirá decisões micro e macroeconômicas públicas e privadas, influenciadas pela interferência governamental que, através de suas políticas fiscais, monetárias, cambiais ou da legislação, altera a distribuição de fatores entre as diversas unidades de produção e a remuneração dos recursos de capital e trabalho (KON, 2002).

Como evidencia Steindl (1980), o progresso técnico na realidade é um processo de aprendizagem no qual toda a sociedade está envolvida de uma maneira ou de outra, e essa aprendizagem requer tempo e pressupõe que as atividades produtivas se realizem em uma escala ampla. Esse processo se realiza numa sucessão de passos, separados por intervalo variável de tempo, onde cada passo apenas pode ser dado se outros passos anteriores já foram dados. As mudanças nos processos ou nos produtos que decorrem a partir do fluxo de conhecimentos e de novas tecnologias podem se revestir de caráter autônomo, quando mudanças em uma área de um processo produtivo ocasiona naturalmente a mudança em outras áreas. É possível exemplificar-se essa situação citando a criação do automóvel, em que se tornou possível pela invenção de motores de tamanho reduzido e do desenvolvimento do aproveitamento das matérias-primas da borracha e do óleo para motores.

De outro modo, outra classe de mudanças induzidas ocorre quando existe a intenção de geração de lucros, em situações em que se esse estímulo aconteceria posteriormente ou não aconteceria. Dessa maneira, as atividades de pesquisa e desenvolvimento comerciais voltam-se exclusivamente para a busca de novas invenções que sejam compensadoras do ponto de vista monetário. Portanto, o progresso técnico estimula o investimento, desde que, como

Kalecki (1968) explicou, isso resulta da expectativa de lucros adicionais para o inovador que introduz um novo produto ou processo.

No que se refere ao fenômeno da globalização, é atualmente observado no mercado mundial um processo histórico de internacionalização do capital, que vem se difundindo com maior velocidade, particularmente a partir das três últimas décadas. A internacionalização se intensificou na segunda metade do século XIX, passando da esfera da circulação de mercadorias para a da produção, com o desenvolvimento da indústria na Europa e o processo extremamente rápido de concentração da produção. Transformou-se nestas circunstâncias, na internacionalização do capital financeiro, como descrito por Lenin (1974) como resultado da acumulação de capital nos bancos, que passam a atuar não só como intermediários, mas como monopólios do capital dinheiro, de meios de produção e de matéria-prima em vários países, unindo-se as empresas. Essa concentração dos excedentes de capital, que são exportados, resultou num novo estágio de desenvolvimento industrial por meio de investimentos diretos das grandes empresas no exterior, na produção de matérias-primas e de produtos manufaturados, em busca de maiores mercados, menores custos dos fatores produtivos e, de forma genérica, maior retorno ao capital investido (KON, 2004; MAURER; DEGAIN, 2010).

Contudo, com a aceleração da globalização, a política econômica de cada país passa a ser grandemente condicionada por fatores externos, tendo em vista atender aos objetivos da competitividade internacional e da participação ativa no processo de inter-relação mundial. Nesse contexto, políticas de emprego e salariais, por exemplo, estão fortemente atreladas às necessidades dos condicionantes externos, tanto no que se refere a necessidade do aumento da velocidade de introdução de tecnologias mais avançadas e liberadores de mão de obra que restringem a oferta de postos de trabalho nas empresas, quanto no que diz respeito a diminuição dos custos do trabalho, que em muitos países impõe a contenção salarial.

3.3 FORMALIDADE E INFORMALIDADE DO TRABALHO

As consequências da crise financeira de 2008 ganhou conta do debate econômico, em particular os efeitos sobre o mercado de trabalho, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos.

Essa crise trouxe antigas lembranças para o debate econômico neste início do século XXI. Pois, em 1929, também houve uma grave crise financeira com consequências substanciais, se não devastadoras, para o mercado de trabalho. A edição 2013 do *Panorama*

sobre Emprego, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), destaca a dimensão e a persistência dos efeitos da primeira grande crise financeira deste século. A conclusão é inequívoca: a crise teve efeitos profundos sobre o mercado de trabalho, e seis anos depois ainda não há perspectiva de recuperação rápida ou volta aos patamares pré-crise.

Jaimovich e Siu (2012), fez uma análise, restrita ao mercado de trabalho americano, esclarece que a recessão de 2009, consequência da crise de 2008, teve o mais intenso impacto negativo sobre a criação de emprego quando comparada com as recessões americanas de 1970, 1975, 1982, 1991 e 2001. Não por acaso, a presidente do Banco Central americano, em pronunciamento de agosto de 2014, declarou que as questões referentes ao mercado de trabalho são centrais para a condução da política monetária (Yellen, 2014).

No caso do Brasil, as consequências dessa crise ainda estão em debate. No caso particular do mercado de trabalho, os indicadores sugerem que o período pós-2008 não foi exatamente negativo. Quando Menezes-Filho, Cabanas e Komatsu (2014), analisaram as tendências recentes (2003-2013) do mercado de trabalho brasileiro, examinando dados agregados obtidos das pesquisas domiciliares, como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ambas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, observam que “em anos recentes, o desemprego está em baixa”.

A edição 2006 de “Brasil: O Estado de uma Nação”, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) dedicou à análise do mercado de trabalho. Ao analisarem os atrasos, as conquistas e os desafios da educação no Brasil destacam que, até a década de 1980, a baixa escolaridade do trabalhador não foi obstáculo ao crescimento do país. Segundo Tafner (2006, cap. 3), uma possível explicação seria a estabilidade da tecnologia. Mesmo pessoas com baixa escolaridade seriam capazes de aprender ofícios relativamente sofisticados, caso tivessem tempo. Contudo, em um contexto de rápida mudança tecnológica, a adaptação está associada à escolaridade.

Pessôa (2006), analisou as questões brasileiras das perspectivas em aberto de crescimento a longo prazo, destacando que o aspecto mais preocupante é o atraso educacional do trabalhador brasileiro. Acredita ser esse o principal fator que isoladamente explica a baixa produtividade do brasileiro, em relação, por exemplo, ao americano.

Por certo, há muitas literaturas que registram que a qualificação do trabalhador tem papel fundamental nos padrões de inovação tecnológica, de competitividade das empresas e países, e no crescimento econômico.

Com base em dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é possível verificar que de 1998 a 2005 o emprego formal nos estabelecimentos privados cresceu em média 4,43% ao ano, crescimento acima da variação média do PIB no período, que foi de 2,04%.

Perante todas essas tendências e desafios enfrentados no mercado de trabalho, tem ganhado crescente importância o conceito de empregabilidade. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2001) define empregabilidade como uma capacidade do indivíduo para assegurar e manter um trabalho digno, para progredir dentro da empresa e entre os empregos, e para fazer face à evolução das tecnologias e condições do mercado de trabalho.

Sarsur (2001) afirma que a discussão sobre o termo empregabilidade é relativamente recente no Brasil, com maior destaque a partir dos anos 1990. Para a autora, a empregabilidade pode ser compreendida como uma ação individual, que pode ser estimulada ou não pelas organizações, que faz com que profissionais de todos os níveis procurem estar mais bem preparados para enfrentar o mercado de trabalho e suas mutações, pressupondo uma postura proativa, no sentido de qualificar-se permanentemente, em termos de habilidades e capacidades técnicas, humanas, conceituais e de relações sociais. Tal ação pressupõe uma maior possibilidade de permanecer num mercado de trabalho crescentemente competitivo e restrito, seja através de um vínculo de emprego formal, assalariado, seja atuando em diferentes organizações, mantendo uma demanda frequente por seus serviços e obtendo, assim remuneração permanente (SARSUR, 2001).

Tendo em vista que os modernos processos produtivos vêm demandando novas competências e novas habilidades por parte dos trabalhadores, o capital humano aparece como condição necessária para habilitar os trabalhadores a esse novo ambiente econômico, o que deve estar se refletindo na configuração do mercado de trabalho.

O capital humano² é de difícil mensuração prática, tendo em vista os aspectos intangíveis que o compõem, adicionalmente a educação formal. As pesquisas empíricas sobre esse requisito incorporado na força de trabalho de cada país ou região tem utilizado como

² Capital humano é o conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes que favorecem a realização de trabalho, de modo a produzir valor econômico. São os atributos adquiridos por um trabalhador por meio da educação, perícia e experiência (Wikipédia, 2018).

variável *proxy* a escolaridade dos trabalhadores na educação formal. A partir de dados das PNADs do IBGE (2016), referente aos “anos de estudo dos ocupados”, em que permitiu o cruzamento entre os anos de estudo do trabalhador e a sua alocação no trabalho em um tipo de categoria ocupação que apresenta requisitos específicos de qualificação (KON, 2016).

Segundo os dados da PNAD para 1982, 1992 e 2004, no mercado de trabalho brasileiro, evidenciou a reverencia cada vez maior de escolaridade e treinamento, o que dificulta a empregabilidade dos menos escolarizados (MELLO; MENEZES-FILHO; SCORZAFAVE, 2006). Deu-se aumento da proporção de pessoas que só estudam e não trabalham entre 15 e 19 anos – idade escolar do segundo grau. Entre os de 20 e 24 anos, idade escolar do terceiro grau, a proporção é menor, mas também crescente. Houve também significativa participação dos que estudam e trabalho, contudo, há redução dos que não estudam, independentemente de trabalhar ou não.

Os consideráveis retornos da educação deixam claro o custo de oportunidade de trabalhar em relação a estudar. Por exemplo, em 2004, entre as mulheres que tem 12 anos ou mais de estudos em relação as que tem entre 8 e 11 anos de estudo, há um acréscimo de renda em relação a força de trabalho de cerca de 36%; e entre os homens, de 31% (MELLO; MENEZES-FILHO; SCORZAFAVE, 2006).

No período analisado por Mello, Menezes-Filho e Scorzafave (2006), entre 1982 a 2004, decorreu de intensificação da globalização, em que os impactos sociais são incoerentes. Por um lado, alguns ressaltam que maior abertura de mercados está associada maior prosperidade. No outro, a opinião pública de vários países da OECD revela preocupação com os riscos da globalização, particularmente relacionados a empregos e salários (OECD, 2007).

Uma série de pesquisas realizadas no Brasil, no período de 2002 a 2012, confirmaram algumas premissas teóricas de que quanto maior a escolaridade, maior o rendimento do trabalho, na maioria dos casos. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) divulgada em 2013 pelo IBGE, revela que o rendimento/hora do grupo mais escolarizado da população ocupada equivale a 4,5 vezes o rendimento/hora das pessoas com até quatro anos de estudo. Então, trabalhadores com 12 anos ou mais de estudo recebem por hora, em média, R\$ 22,61, enquanto os com até quatro anos de estudo ganham R\$ 5,00 por hora (IBGE, 2013).

Entretanto, outros estudos mostram que, se a condição de escolaridade representou um decisivo diferencial para a contratação dos trabalhadores, os rendimentos do trabalho nem sempre parecem acompanhar a escalada da escolaridade (HERZ, 2002). Foram identificadas algumas dissonâncias que provocaram o aumento acentuado do diferencial de rendimento

entre a parcela dos trabalhadores com o nível superior de escolaridade e os que detinham titulação de ensino médio completo, por exemplo, por efeito de uma desvalorização dos últimos, seja por estarem sendo contratados para cargos que exigiam uma escolaridade menor do que a apresentada por eles, seja por uma pressão da oferta.

Esta incoerência pode ser explicada por dois fenômenos (OECD, 2007). Um, é a escala sem precedentes da globalização. A quantidade de países que hoje participam da integração econômica internacional é muito maior que em outras épocas, em que alguns países vêm se tornando importantes parceiros comerciais e em investimentos.

Uma característica única deste processo de globalização é a presença de vários serviços trabalho-intensivos, e não somente indústrias primárias como no passado. As tecnologias da informação e comunicação e as reduções nos custos de transporte facilitaram a fragmentação da produção de bens e serviços. Assim, mais empresas e trabalhadores estão direta ou indiretamente competindo na economia mundial de hoje (OECD, 2007).

Por certo, intensificação do comércio e da produção no exterior é uma potencial fonte de vulnerabilidade para os trabalhadores. Análises do comércio e do mercado de trabalho desde 1980 mostram que salários e empregos se tornaram mais vulneráveis, especialmente para os trabalhadores de menos escolaridade, o que possivelmente contribui para explicar a queda da participação dos salários na renda nacional (OECD, 2007).

Entre o início dos anos 1990 e meados dos anos 2000, segundo Torres (2008), cerca de 2/3 de uma amostra de 73 países analisados, a renda total das famílias de alta renda se expandiu rapidamente que a das famílias de renda baixa. Tendências similares foram encontradas analisando outras dimensões da desigualdade de renda, tais como renda do trabalho em relação aos lucros, ou os salários mais altos em relação aos salários mais baixos. Em 51 dos 73 países analisados, a parcela dos salários na renda total declinou ao longo das últimas duas décadas. Semelhantemente, no mesmo período, a diferença de renda entre os 10% que ganham os maiores salários e os 10% que ganham os menores salários cresceu em 70% dos países analisados.

O alarmante é que o período analisado foi de crescimento econômico moderadamente rápido e forte criação de trabalho. Em 2007, o emprego mundial era quase um terço superior ao que era em 1990. Mas quem se beneficiou mais no período de expansão que terminou em 2007, foram os grupos de renda alta (TORRES, 2008).

No entanto, ressalta-se, que a literatura empírica propõe que a contribuição da globalização para o aumento da desigualdade salarial ou da insegurança do trabalho é

despretensiosa quando comparada com outras forças, como a mudança tecnológica (OECD, 2007).

A desigualdade de renda pode ser útil visto que sinaliza a existência de incentivos ao esforço do trabalho, inovação e qualificação, o que amplia as possibilidades econômicas para todos, ricos e pobres. De outro modo, baixo diferencial de renda pode afetar os planos dos melhores trabalhadores, uma vez que o mercado de trabalho não se torna razoavelmente atrativo para eles. Pouca desigualdade de renda pode, também, enfraquecer os incentivos de investir em capital humano, afetando negativamente as expectativas de crescimento econômico (TORRES, 2008).

Por outro modo, desigualdade de renda como incentivo ao trabalho e a inovação, fatores chaves para o crescimento econômico, tem um limite, e a partir de certo ponto torna-se fonte de instabilidade social. Pois, alta desigualdade é associada a uma alta criminalidade e a baixa expectativa de vida. Grupos mais pobres se ajustam aos choques econômicos mais devagar, e os grupos mais ricos tendem a perpetuar ineficiências a seu favor, como privilégios tributários ou alocação de fundos públicos contra o interesse da sociedade em geral (TOBIN, 2008).

Indo de encontro a isso, a próxima parte desse trabalho terá um aprofundamento sobre a relação gerada pela inovação e a desigualdade, de forma a compreender melhor os seus efeitos.

4 INOVAÇÃO E DESIGUALDADE

As desigualdades no mercado de trabalho foram encontradas sempre em países de vários níveis de desenvolvimento, mesmo nos mais avançados, da mesma maneira que as diferenças na divisão internacional do trabalho. Entretanto, a recente crise financeira internacional deste século exacerbou essas disparidades em países em desenvolvimento e trouxe aos países mais avançados dificuldades de geração de emprego e renda, que há muito não se faziam sentir. A globalização, que integrou as economias mundiais, vem difundindo não apenas desenvolvimento, mas também intensificando as desigualdades (STIGLITZ, 2013). Como evidenciam Stiglitz e Doyle (2014), cada país apresenta uma economia política diferenciada que molda os efeitos e a expansão das desigualdades e cada situação requer providencias específicas. As diferenças marcantes na natureza das desigualdades entre os países demonstram que essas disparidades não são apenas determinadas por forças econômicas, mas também formadas pelas políticas públicas.

No entanto, no mercado de trabalho a extrema desigualdade de oportunidades e condições de remunerações tendem a bloquear o desenvolvimento econômico e minar a estabilidade social e política. Existem muitas dimensões de desigualdade que se manifestam no mercado de trabalho, desde o ponto de vista dos rendimentos, escolaridade, disparidades entre gênero, cor e raça. Em qualquer ponto de vista, as formas mais perniciosas se referem as diferenças em oportunidades, que têm reflexos na mobilidade socioeconômica dos indivíduos, o que os condenam a permanência na mesma situação desvantajosa permanentemente.

As diferenças de educação ou qualificação são questões amplamente discutidas na literatura no que se refere a desigualdade de oportunidade de emprego, que é analisada com maior ou menor intensidade tanto em economias em desenvolvimento, como também nas mais avançadas, principalmente em períodos de crise mundial e dificuldades na área da produção e trabalho. Os resultados dos estudos mostram visivelmente tais desigualdades, no entanto permanecem controvérsias sobre os impactos da escolaridade sobre as oportunidades de trabalho.

Em 2010, a OECD organizou um debate para examinar as barreiras a equidade de gênero, para investigar as áreas de educação, emprego e empreendedorismo, buscando sugestões de melhoria das políticas públicas nesse sentido. Os resultados desses estudos, publicados em Relatório da OECD (2012), mostram algumas considerações relevantes como desafios a serem enfrentados pelas economias de vários níveis de desenvolvimento.

Primeiramente, foi verificado que aproximadamente metade do crescimento dos países da OECD desde a década de 1970 se deve ao aperfeiçoamento da educação e que esse fato esteve também ligado a entrada de mais mulheres em níveis mais elevados de educação e a obtenção de igualdade entre gêneros no número de anos gastos na educação (OECD, 2012, p.3).

Com relação a educação, a maior parte dos países mundiais tem conseguido fornecer educação primária universal a população, no entanto, a questão é mais complicada em relação a secundária e superior. O continuo aperfeiçoamento da qualidade da educação para se adequar as mudanças tecnológicas mundiais exige maiores gastos e a criação de um aparato institucional robusto. Nos países menos desenvolvidos, as mulheres ainda apresentam menor probabilidade de escolherem estudos nos campos científicos e tecnológicos, e quando escolhem, se dirigem menos para desenvolver uma carreira nestes campos, o que é preocupante tendo em vista a escassez de trabalhadores qualificados nos campos da inovação (OECD, 2012, p.4).

4.1 DETERMINANTES DAS DIFERENÇAS NAS DISTRIBUIÇÕES DAS REMUNERAÇÕES DO TRABALHO

Os fatores de oferta e demanda do mercado de trabalho das economias de vários níveis de desenvolvimento, nos anos mais recentes, estiveram profundamente associados a aceleração do progresso tecnológico e da mundialização econômica, que obrigou a uma reestruturação tecnológica e organizacional das empresas na maior parte dos países, e teve repercussões consideráveis sobre a natureza dos processos produtivos, sobre a composição interna dos setores e sobre a evolução e a natureza do produto. Essa dinâmica teve impactos transformadores sobre as condições e a natureza do trabalho, em todos os setores econômicos, desde que a modernização econômica, com a introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo que cria novas funções e ocupações, elimina uma serie de ocupações e postos de trabalho.

Quando se observa especificamente as questões relacionadas a distribuição das remunerações do trabalho, as hipóteses básicas que fundamentam esta avaliação estão relacionadas as premissas teóricas que permitem associar mais diretamente esta estruturação a alguns determinantes primordiais que moldam conjuntamente os padrões desta distribuição. Os determinantes referem-se a espacialidade do trabalho, ou seja, as qualidades específicas da estruturação ocupacional, que decorrem das características culturais, sociais e econômicas e

que são representados: a) pela qualidade da oferta de trabalho, ou seja, do “capital humano” apresentado pelos trabalhadores; b) pelas diferenças na segmentação do mercado de trabalho internamente as empresas; c) pelos diferenciais na estrutura de remunerações; e d) pela participação dos trabalhadores segundo o gênero (KON, 1995).

As pesquisas recentes (TENARI, 2003; HECKMAN, 2002) mostram a importância crescente do capital humano como condicionante relevante das diferenças na espacialidade do trabalho e nas respectivas remunerações resultantes, que acabam por determinar a distribuição da riqueza e da pobreza. O desenvolvimento regional é fortemente impulsionado por estas condições, desde que as diversas regiões de um país são dotadas de disponibilidades diferenciadas de infraestrutura apropriada para o aprimoramento do aprendizado básico e específico da força de trabalho, o que resulta nas diferentes condições de maneiras de relações de trabalho e rendimentos auferidos.

A disponibilidade de infraestrutura que possibilita acesso e estímulo a estes condicionantes sociais e econômicos varia fortemente, em diferentes espaços, principalmente nas economias em desenvolvimento, dificultando ou facilitando o aprimoramento da escolaridade e qualificação do trabalhador nas várias regiões de um país.

A característica em comum das capacidades de transformações do capital humano é que elas mantêm ou aumentam o valor de mercado de trabalho oferecido pelas pessoas que participam na força de trabalho. Dessa maneira, a estrutura salarial, ou seja, as diferenças de remunerações entre grupos em uma economia são frequentemente associadas a composição da população segundo idade, gênero, raça e outras capacidades naturais, no entanto, também refletem estas diversidades em escolaridade, treinamento e experiência no mercado de trabalho. Atualmente, boa parte dos estudos sobre o mercado de trabalho se preocupa significativamente com as diferenças de investimento em capital humano entre grupos de ocupações e a maneira pela qual se relacionam a distribuição da renda pessoal (FURSTENBERG, 1998; OECD, 2001; WORLD BANK, 2014). As escolhas individuais ou das famílias para adquirir educação ou das empresas para fornecer o treinamento, bem como as decisões da sociedade de financiar a educação e o treinamento com fundos públicos, em capital humano em cada sociedade, no entanto, estas escolhas encontram bloqueios em regiões com condições estruturais deficientes para o fornecimento adequado de ensino e saúde (RIMA, 1996, p.109).

Nesse sentido, diferenças regionais na estrutura das remunerações têm sido observadas, a partir de dois enfoques básicos, são eles, diferenciais entre ocupações e entre

pessoas. O enfoque tradicional aos diferenciais entre as ocupações considera a economia como uma rede de mercados de mão de obra para uma das muitas ocupações, que são diferenciadas de acordo aos requisitos de qualificação, regularidade do emprego, condições de trabalho e outros aspectos. Atualmente, o enfoque do capital humano não observa a diferença entre os empregos, mas sim entre as pessoas, ou seja, relaciona as remunerações de um trabalhador diretamente com suas características pessoais.

A questão que explica as diferenças na estrutura da remuneração, ou seja, do relacionamento da taxa de remuneração de uma determinada categoria ocupacional em relação a outra, é mais complexa do que a determinação das causas de diferenças no pagamento de trabalhos com requisitos de habilitação semelhantes que são desempenhados sob diferentes condições em um mesmo mercado. Isto porque este diferencial não se relaciona somente a diversidade nas qualificações, mas também se verifica pela ação sindical diversa ou pela condição de oferta de postos de trabalho com vínculo empregatício legalizado, que são regionalmente diversificados. A literatura econômica explica, ainda, que estas divergências são causadas pela cultura local, pela limitação do “talento” natural do trabalhador em áreas como ciências ou artes, pelos custos de educação requeridos por ocupações de profissionais liberais ou gerentes, pela incapacidade de jovens oriundos de famílias pobres adquirirem educação superior e outras imperfeições do mercado (OECD, 2003; WORLD BANK, 2014).

Por outro lado, as diversidades regionais de remuneração em uma economia, tanto em países industrializados quanto nos países menos desenvolvidos, se refere a forte influência de um processo de polarização salarial entre as categorias ocupacionais, relacionada a modificação das oportunidades de emprego, que tem reflexos negativos nas remunerações médias dentro da escala de remunerações. Esse movimento está vinculado aos crescentes medidas de cortes dos custos empreendidas pelas empresas como parte de suas estratégias administrativas, com o objetivo de reduzir a folha de salários. Os cortes se espelharam mais intensamente em determinados setores modernos como a indústria de informática e nos setores financeiros e de comércio e tem afetado um grande número de ocupações burocráticas e administrativas.

Dentro desse contexto, foi sendo criada uma nova categoria de postos de trabalho, que exige trabalhadores mais qualificados e flexíveis, contratados a salários mais baixos. Em períodos de alguma recuperação da atividade econômica, muitos trabalhadores eliminados são recontratados por suas anteriores empresas, contudo sem proteção legal, sem benefícios adicionais e com remunerações inferiores. Um grande número desses trabalhadores

administrativos se transformou em trabalhadores contingenciais ou temporários, através de processos de terceirização de serviços. Essas práticas recentes das empresas afetam principalmente as ocupações de profissionais liberais, técnicos e outros trabalhadores qualificados, refletindo os esforços das empresas para reduzirem seus custos unitários de produção (KON, 2007).

Segundo o PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Continuada), no ano de 2016 as pessoas situadas na parcela de 1% dos maiores rendimentos de trabalho recebiam, em média, R\$ 27.085, entretanto a metade da menor renda, recebia R\$ 747, em um país na qual o rendimento médio mensal de todos os trabalhadores é de R\$ 2.149. Nesse mesmo ano, os 10% com maiores rendimentos concentravam 43,4% de todas as fontes de renda recebidas no Brasil.

4.1.1 ESCOLARIDADE E RENDIMENTOS MÉDIOS DO TRABALHO NO BRASIL

Algumas literaturas explicam que a crescente desigualdade salarial baseia-se nas políticas protecionistas de comércio. Isto é, setores intensivos em mão de obra não qualificada são mais protegidos. A liberalização do comércio impacta negativamente no salário dessa mão de obra quando comparada com a mão de obra qualificada, pelo corte de tarifas em produtos intensivos em mão de obra não qualificada, conforme evidenciado por Hanson e Harrison (1999), por Currie e Harrison (1997), e por Attanasio, Goldberg e Pavcnik (2004).

A tendência tecnológica de um país pode alterar devido à redução da adoção de políticas protecionistas assim como por meio do aumento do comércio internacional conforme estabelecido por Wood (1997). Essas mudanças no comércio, induzidas pelas mudanças tecnológicas, são em maioria acarretadas por mão de obra qualificada, ou melhor, esse comércio acarretado para a mão de obra qualificada em tecnologia - *trade induced skill biased technological change* (SBTC) - demanda mais trabalho qualificado do que de trabalho não qualificado. Devido ao SBTC, o salário do trabalho qualificado deve aumentar quando comparado com o trabalho não qualificado. Conforme Acemoglu (2002), os países em desenvolvimento aumentam a tecnologia existente por meio da importação que se torna disponível a custos baixos devido à liberalização do comércio e ao aumento do fluxo de capitais. Nesse contexto, há uma justificativa plausível para as mudanças na desigualdade salarial.

Uma característica que pode influenciar as firmas de alto salário é o posicionamento da estrutura de mercado e seu poder de mercado. Apurações teóricas sugerem um impacto negativo do poder monopolista sobre o mercado de trabalho, assim como um monopolista é capaz de capturar o excedente do consumidor. Há fortes fundamentos de que a divisão das receitas de monopólio e os altos salários estão positivamente correlacionados com o poder de mercado. Entretanto, não está claro se isso acontece devido às ações dos sindicatos, ou se esse padrão também ocorre em setores não sindicalizados (ou com sindicatos pouco ativos). No entanto, os mecanismos pelos quais a competição no mercado de produtos impacta o mercado de trabalho é mais claro: o esforço dos gerentes e dos trabalhadores e as decisões relacionadas à inovação tecnológica (NÍQUEL, 1999).

A partir dos anos 1980, pode-se observar tanto em economias mais avançadas como em desenvolvimento, o crescimento da velocidade e da intensidade de reestruturação produtiva. A velocidade das transformações tecnológicas tem levado as empresas a constantes reformulações em seus processos produtivos e sistemas organizacionais, na busca de competitividade. Essas reformulações se verificam também pela situação conjuntural internacional, que tem levado a necessidade da contenção de gastos, tanto por empresas privadas quanto pela área governamental.

De modo paralelo, o processo de globalização econômica experimentado mundialmente teve fortes impactos nas vantagens comparativas de cada país, na crescente transnacionalização de empresas, em fusões e aquisições, que resultaram em processos produtivos internacionalizados, em que etapas diferenciadas do processo são realizadas em diferentes países. Essas condições levaram a um movimento de reestruturação produtiva intenso das economias. As mudanças requeridas por este novo cenário socioeconômico são extremamente rápidas, abrangentes e profundas, necessitando mudanças no perfil da força de trabalho, no sentido de adaptação ao novo padrão de investimentos em novos equipamentos e novos esquemas organizacionais. Essas transformações tiveram impactos consideráveis no mercado de trabalho do país e nos padrões de rendimentos dos trabalhadores brasileiros.

A distribuição dos rendimentos da população brasileira ocupada sofreu nos últimos anos alterações consideráveis, a partir dos novos requisitos exigidos para a contratação da mão de obra ou para remuneração de autônomos, tendo em vista esses renovados processos produtivos e organizacionais, dentro e fora das empresas, bem como as políticas econômicas conjunturais voltadas para estabilização, que limitaram as oportunidades de abertura de novos postos de trabalho formalizados, aumentando o volume de trabalho em atividades informais.

Os impactos das transformações são retratados de maneira diferenciada nos vários setores e situações de contrato de trabalho.

Foi verificado que existe um limite para a ampliação dos investimentos nas atividades secundárias e consequente absorção de mão de obra, face a fatores limitantes do mercado interno e externo, rigidez de coeficientes técnicos nas funções de produção, bem como em razão de conjunturas econômicas desfavoráveis a investimentos, como tem sido o caso brasileiro desde a década de 1980, embora a partir dos anos 1990 se tenha verificado uma lenta retomada dos investimentos produtivos. Em períodos de menor atividade industrial, são desenvolvidas atividades terciárias, em um primeiro momento atendendo a funções intermediárias complementares ao processo de industrialização e modernização agrícola; no entanto, em momentos posteriores do desenvolvimento se ampliam em decorrência de ali se alocarem o capital e a mão de obra que encontram oportunidades nos outros setores. Diante disso, muitas vezes tais atividades criam seu próprio mercado, e a força de trabalho forma sua própria ocupação no contexto global do mercado, concorrendo para isto a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em um conjunto que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, do qual o único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação (KON, 2014).

É encoberto, dessa maneira, que estas mudanças no país são acompanhadas de um padrão diferenciado de remuneração oferecida aos trabalhadores, que tenta conciliar a necessidade de qualificação específica de certas ocupações novas, a restrição na oferta de postos de trabalho e o aumento da oferta de trabalhadores com níveis diferenciados de qualificação. As transformações estruturais ocorridas internamente aos setores de atividades econômicas, que por um lado se revestem de um caráter novo e inovador, por outro lado desempenham um papel desequilibrador em relação a criação de um volume de postos de trabalho necessários para o crescimento e para o perfil de qualificação da força de trabalho.

No Brasil, como em outras economias de níveis diversos de desenvolvimento, verificou-se no início dos anos 1990, o crescimento da velocidade e da intensidade das transformações produtivas que levaram a redução de postos de trabalho e a necessidade de readaptação de mão de obra a ocupação e funções criadas, paralelamente a constante requalificação de suas habilidades enquanto trabalhador. Como consequência, foram verificadas transformações estruturais relevantes na distribuição ocupacional brasileira, que mudam o perfil da população ocupada ou em busca de ocupação, sendo possível inferir-se que as implicações sobre a distribuição dos rendimentos da população ocupada são significativas.

O crescimento da demanda por novos postos de trabalhos resultante do aumento populacional no Brasil, que se associou a uma conjuntura recessiva, nos anos 1980, resultou no crescimento da velocidade e intensidade da reestruturação organizacional na década seguinte, o que acabou por eliminar postos de trabalho, particularmente no setor secundário da economia. Essas tendências ocasionaram um desequilíbrio acentuado entre as necessidades de absorção da força de trabalho e as possibilidades de oferta de empregos. De outro modo, o ritmo da modernização econômica e da introdução de novas funções e ocupações dentro de empresas ou autônomas choca-se muitas vezes nas condições específicas de qualificação da força de trabalho, não preparada para assumir condições mais flexíveis de operacionalização ou tarefas mais sofisticadas.

Nessas condições, a capacidade de ampliação da oferta de empregos do país está diretamente relacionada a natureza da qualificação da oferta de trabalhadores e a possibilidade de requalificação de parte da força de trabalho que não se encontra preparada para assumir os novos requisitos de qualificação. Nesse contexto, resultou em consequências sobre a distribuição dos rendimentos no mercado de trabalho, como resultado de novas ocupações que estão sendo criadas, das novas necessidades de qualificação que se apresentam aos trabalhadores, dos diversos setores em que se alocam os maiores graus de transformações, das mudanças estruturais que vem ocorrendo na distribuição do trabalho segundo a qualificação e de outras variáveis relevantes.

Então, a partir da década de 90, após um período inicial de grande retração econômica, até 1992, a economia brasileira iniciou um período de forte transformação estrutural, quando se verificou a intensificação da reestruturação produtiva das empresas. Tendo em vista a abertura as importações e o processo intenso de globalização econômica, as empresas foram obrigadas a buscar modernização dos processos produtivos e organizacionais e a intensificar a introdução da inovação tecnológica que permitisse a maior competitividade internacional e a diminuição da defasagem tecnológica em relação aos países industrializados. Dessa maneira, as repercussões sobre a distribuição do trabalho e sobre a natureza das condições de qualificações que refletiram na absorção setorial e regional da mão de obra se mostraram mais intensificadas e velozes nessa década, com impactos consideráveis na distribuição dos rendimentos do trabalho.

Segundo os dados divulgados Por Firpo (2018), ter um diploma de curso superior não é garantia de emprego, no entanto, coloca o trabalhador em vantagem salarial cada vez maior.

Um trabalhador com ensino superior completo recebe, em média, 5,7 vezes o rendimento de um brasileiro com até um ano de estudo.

Na atualidade, um trabalhador com ensino superior completo tem um rendimento médio de R\$ 4.911,66, enquanto um brasileiro com até um ano de estudo ganha R\$ 859,81. A diferença entre os rendimentos desses dois grupos é de 471%. Contudo, não foi só para quem tem pouco estudo que piorou, para os brasileiros com ensino médio completo, o diferencial neste ano em relação a quem tem o superior completo chegou a 169% (FIRPO,2018).

Parte dessa piora pode ser relacionada ao crescimento da informalidade no mercado de trabalho, onde a remuneração em geral é menor do que no mercado formal. Muitos dos trabalhadores de baixa qualificação que não conseguem se recolocar no mercado de trabalho tem optado pelo tradicional “bico” para reforçar a renda mensal.

No primeiro trimestre deste ano, os trabalhadores com menos escolaridade foram os mais prejudicados pelo fechamento de postos de trabalho, a ocupação para os trabalhadores sem instrução ou com menos de um ano de ensino recuou 19,9% com relação ao mesmo período de 2017. Já os trabalhadores que concluíram o ensino médio, a ocupação cresceu 2% neste ano e, para os trabalhadores com ensino superior, o aumento foi de 5,3%.

5 ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL DA TERCEIRA GERAÇÃO

A incorporação de assuntos de interesse popular destinadas a elaboração de políticas governamentais de apoio ao mercado de trabalho tem condições de ser efetivada de acordo com a forma em que são interpretadas as prioridades, que por sua vez são resultados da estruturação do poder político econômico e social de uma dada sociedade. Essas prioridades definem os recursos a serem designado, as estratégias dos atores que os mobilizam, bem como o ambiente institucional em que se situa a questão. A questão das relações de trabalho e seu impacto sobre a eliminação da pobreza, e o impulso ao desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade vem merecendo a atenção publica em boa parte dos países, como legítima preocupação dos elaboradores de políticas governamentais.

O processo de legitimação e institucionalização dessa questão na sociedade civil e no Estado, em nível nacional e internacional, compreende desde a construção de novas concepções sobre a relação de trabalho em distintas sociedades, passando pela incorporação dos problemas derivados das desigualdades, até a efetiva institucionalização do problema no Estado.

O Estado de Bem-Estar Social (EBES), tido como uma das mais complexas, abrangentes e bem-sucedidas construções da civilização ocidental, teve como berço, principalmente, os países líderes do capitalismo na Europa, além de um importante papel cumprido pelos Estados Unidos da América a partir da década de 1930.

Os EBES traduziram formulas privilegiadas de afirmação da liberdade, da igualdade, da democracia, do trabalho e do emprego, da justiça social e do bem-estar na usualmente desigual sociedade capitalista. Também se traduziram em formulas diferenciadas de desenvolvimento socioeconômico sustentável e avanço tecnológico no competitivo mercado econômico mundial.

Agregando ideias de liberdade, igualdade, democracia, valorização da pessoa humana e do trabalho, justiça social e bem-estar das populações envolvidas, o EBES é certamente a mais completa, abrangente e profunda síntese dos grandes avanços experimentados pela história social, política e econômica nos últimos trezentos anos (DELGADO; PORTO, 2018).

A ideia e pratica da democracia presumem, obviamente, a ideia e pratica da liberdade, estendendo a todos os segmentos sociais, ao invés de sua restrita abrangência as elites socioeconômicas e políticas (como traçada no liberalismo originário). Desta forma, não

se trata apenas da liberdade formal, mas da liberdade substancial, que supõe a agregação e prática da ideia de igualdade. Por esse motivo, o advento da noção de democracia, característica da segunda metade do século XIX, coincide com a prática da afirmação do trabalho e do emprego, por meio das organizações sindicais de trabalhadores e dos partidos de formação popular.

A prioridade do trabalho e do emprego na sociedade capitalista começa a se estruturar nesta época, traduzindo a mais objetiva, direta e eficiente maneira de propiciar igualdade de oportunidades, de aquisição de renda, de alcance de afirmação pessoal e de bem-estar para a grande maioria das populações na sociedade capitalista. Afirma-se que o trabalho e, principalmente, o emprego, significa garantir-se poder a quem originalmente é destituído de riqueza; dessa maneira, consiste em fórmula eficaz de distribuição de renda e de poder na desigual sociedade capitalista.

A ideia e a prática de justiça social constroem-se também nesse contexto, aprofundando-se no século XX. O sistema capitalista, até então, havia sido capaz de produzir bens e riqueza como nunca na história humana, mas havia fracassado na estruturação de um sistema igualitário e justo para todos. O individualismo prevalecente no liberalismo originário passa a ser golpeado pelas ideias de intervenção da norma jurídica nos contratos privados, principalmente no mais genérico e importante deles, o contrato de emprego. A justiça social vai permeando não só a atuação do Estado, por intermédio de políticas públicas claramente garantidoras e/ou distributivistas (as políticas previdenciárias e assistenciais são exemplos disso), como também as relações sociais, por meio principalmente do Direito do Trabalho, com seu caráter distributivo de renda e de poder.

O que é curioso no EBES, em suas diversas formulações concretas, é que ele se mostrou plenamente compatível com as necessidades estritamente econômicas do sistema capitalista. Muito além disso, ele se mostrou funcional ao desenvolvimento econômico mais sólido, duradouro e criativo desse sistema. Gerando um mercado interno forte para as respectivas economias (que se mostra também poderoso consumidor para o mercado mundial), valorizando a pessoa física do trabalhador e seu emprego, e como isso dando melhores condições para criação e avanços tecnológicos, assegurando maior coerência e estabilidade sociais, o EBES torna os respectivos países e economias melhor preparados para enfrentar o assédio das pressões internacionais e para conquistar os mercados mundiais. Com efeito, conforme demonstrado pelo Stein Kuhnle:

As amplas políticas sociais têm sido vistas como um modo de se proteger os mercados de trabalho internos e os cidadãos do risco da exposição a uma economia internacional volátil. Essas políticas têm sido encaradas também como um meio de incrementar o “capital humano” – fortalecendo, assim, as forças produtivas – e de contribuir para a estabilidade social e econômica, estimulando o investimento externo e o crescimento econômico. Isso é demonstrado pelo exemplo dos países escandinavos. (KUHNLE, 2018, p.87-102)

5.1 ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

3

O Estado do Bem-estar também é conhecido como Welfare State, em inglês. Essa teoria tem como ideia básica o de designar o Estado assistencial de garantir padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

No entanto, é preciso esclarecer, que todos estes tipos de serviços assistenciais são de caráter público e reconhecidos como direitos sociais. A partir dessa premissa, pode-se afirmar que o que distingue o Estado do Bem-estar de outros tipos de Estado assistencial não é tanto a intervenção estatal na economia e nas condições sociais com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade de vida da população, mas o fato dos serviços prestados serem considerados direitos dos cidadãos (DELGADO; PORTO, 2018).

Em diferentes períodos históricos, é possível identificar vários tipos de políticas assistenciais promovidas por inúmeros Estados. Ao longo do século 18, por exemplo, países como Áustria, Rússia, Prússia e Espanha colocaram em prática uma série de importantes políticas assistenciais. No entanto, esses países desenvolveram ações desse tipo nos marcos da estrutura de poder não democrático (DELGADO; PORTO, 2018).

O Estado do Bem-estar possui três tipos de modelos teóricos, definidos cada um por “geração”, são eles:

1) Modelo Residual, em cujas bases, a política social intervém ex-post, isto é, quando os canais naturais³ e tradicionais, representados pela família, rede de parentesco e mercado, não apresentam condições de atender a determinadas necessidades dos indivíduos. Nesse caso, a intervenção é temporalmente limitada, devendo cessar com a eliminação da

³ O estado para o bem-estar dos cidadãos nasceu na década de 1880, na Alemanha, com Otto von Bismarck. Um dos maiores temores das classes dirigentes da Prússia e da Alemanha era a instrução e a inteligência ativa de uma classe trabalhadora em rápida expansão, e sua receptividade ostensiva às ideias revolucionárias de Karl Marx. O medo de uma revolução inspirou uma série de reformas, com Bismarck insistindo no abrandamento das crueldades mais claras do capitalismo. Entre 1884 e 1887, foram aprovadas no Reichstag leis que protegiam, de maneira ainda rudimentar, os trabalhadores de acidentes, doenças e velhice (GALBRAITH, 1989).

emergência social e dirige-se a grupos particulares de indivíduos, o que dá a esse modelo um caráter residual e seletivo.

2) O Modelo Meritocrático – Particularista, que se fundamenta no pressuposto de que cada um deve ter condições de atender a suas próprias necessidades a partir do seu trabalho, com mérito próprio. A política social intervém apenas parcialmente para corrigir a ação do mercado, sendo o sistema de Welfare uma complementação das instituições econômicas.

3) O Modelo Institucional Redistributivo, no qual o sistema de Welfare é percebido como elemento importante e constitutivo das sociedades capitalistas contemporâneas, tendo em vista a produção e distribuição de bens e serviços sociais ‘extra mercado’, numa perspectiva de direitos sociais universais; portanto, devendo ser garantidos a todos os cidadãos renda mínima, e um sistema público gratuito de prestação de serviços essenciais.

O Estado do Bem-estar, surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimento está profundamente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais gerados a partir dele. A Grã-Bretanha foi o país que se destacou na construção do Estado de Bem-estar com a aprovação, em 1942, de uma série de providências nas áreas da saúde e escolarização. Nas décadas seguintes, outros países seguiriam essa direção. Também ocorreu uma ampliação dos serviços assistenciais públicos, abarcando as áreas de renda, habitação e previdência social, entre outras. Paralelamente à prestação de serviços sociais, o Estado do Bem-estar passou a intervir fortemente na área econômica, de modo a regulamentar praticamente todas as atividades produtivas a fim de assegurar a geração de riquezas materiais junto com a diminuição das desigualdades sociais.

Nas primeiras décadas do século 20 houve a crise de 1929, uma das crises econômicas mundiais mais conhecidas, que mostrou que a economia capitalista livre de qualquer controle ou regulamentação estatal gera profundas desigualdades sociais. Essas desigualdades provocavam tensões e conflitos, ameaçando a estabilidade política (DELGADO; PORTO, 2018).

5.2 CONCEITO DE BEM-ESTAR: UMA CARACTERIZAÇÃO MÍNIMA

Em 2006, Berenice Couto enfatizou em sua obra *Direito Social e a Assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* que o conceito de bem-estar deriva de uma interação situada em uma perspectiva histórica entre Estado e economia, orientada à melhora

sensível das condições de vida dos indivíduos (COUTO, 2005, p. 54-56; MARSHALL, 1967, p. 84, p. 103, p. 107). Esta conjuntura, considerada como um conceito de bem-estar é derivado do desenvolvimento e da consolidação de um modelo de Estado liberal de Direito configurado no imediato pós-II Guerra Mundial (HOBBSBAWM, 1995; HOURANI, 1994) que consegue uma dupla perspectiva funcional (COUTO, 2006, p. 60). Por um lado, é um Estado capitalista que se orienta pelo processo de acumulação de capital (COUTO, 2006, p. 62, p. 65). De outro modo, é um Estado que busca intervir na sociedade buscando fazer com que seus membros não pereçam e possam dar continuidade ao regime capitalista (COUTO, 2006, p. 61, p. 63, p. 65). Fato que ocorre mediante “a assistência aos comprovadamente pobres, por meio de benefícios mínimos associados ao estigma, buscando não estimular a substituição ao trabalho” (COUTO, 2006, p.65).

No entendimento capitalista, a interação do Estado na regulação da economia indica o desenvolvimento do preceito keynesiano de planejamento da mesma, orientada ao restabelecimento do processo acumulativo de capital, que viabiliza o processo de consumo. Nesse contexto, a ação estatal permite o aumento de investimentos no mercado produtivo, visando à promoção do bem-estar dos consumidores. O consumo destes agentes sociais permite – teoricamente –, aumentar os níveis de investimento no campo da economia. Situação está que leva, por sua vez, ao desenvolvimento e à produção de produtos cada vez mais baratos, como ficou claro no sistema fordista (BEAUD, 1986, p. 261, p. 315-316). Segundo a autora:

O mundo capitalista viveu aí [durante o domínio do Welfare State] seu período de grande prosperidade, o que deu sustentação a essa nova proposta de Estado, que, à luz da doutrina keynesiana, foi concebido como um estabilizador interno da economia e da política, que ajudaria a regenerar as forças do crescimento econômico (COUTO, 2006, p. 67-69)

Deste modo com a vida econômica e política aparentemente estabilizadas, a intervenção estatal pode se disseminar para outras dimensões das sociedades que vivenciaram o Welfare State, a partir de novos condicionantes jurídicos, como os direitos sociais. A partir dos direitos de terceira geração, a intervenção estatal na sociedade esteve a cargo de dispositivos legais que só atuavam quando as famílias não podem mais suprir as necessidades individuais de consumo (COUTO 2006, p. 63, p. 65-66). Fato que caracteriza uma tutela do Estado por sobre seus membros (COUTO, 2006, p. 65-66). Nesse sistema, o Estado buscaria

introduzir o indivíduo no mercado mediante a garantia de serviços sociais mínimos como serviços de pensões (de aposentadoria, invalidez, etc.), que permitem os sujeitos consumirem os bens produzidos pelo mercado nacional (OLIVEIRA, 2002, p. 49) garantindo assim, aos cidadãos e às suas famílias:

Uma renda mínima, independente do valor do trabalho ou de sua propriedade, [...] restringindo, o arco de insegurança, [e] colocando os indivíduos e as famílias em condições de fazer frente a certas contingências sociais (por exemplo, a doença, a velhice, e a desocupação), que, de outra forma, produziriam crises individuais e familiares (COUTO, 2006, p. 66)

Com isso, esta situação ofertada e garantida pelo Estado levaria ao aumento dos investimentos na economia mediante a diminuição dos preços dos bens consumidos ante uma produção em massa dos mesmos (BEAUD, 1986, p. 315). O que faz com que possamos perceber nos escritos de Berenice Couto, que o sistema de bem-estar é um produto derivado da intervenção do Estado nos pontos deficitários da vida privada (COUTO, 2006, p. 65). Nesse sentido, o objetivo da intervenção estatal é transformar cada agente individual de um consumidor em potencial, em um consumidor de fato, mediante a manutenção do sistema capitalista.

As assistentes sociais Behring e Boschetti (2006) tem outro entendimento sobre a noção de bem-estar, que tendem a conceber o preceito do bem-estar de forma semelhante àquela proposta por Berenice Couto – ainda que o discurso sobre a formulação deste conceito não seja tão mecânico.

Segundo Behring e Boschetti (2006, p. 92, p. 94) o princípio do bem-estar também é derivado do processo de intervenção do Estado na economia, porém com um sentido distinto daquele que foi proposto por Berenice Couto. De acordo com a interpretação de Elaine Behring e Ivanete Boschetti, o papel do Estado não é apenas o de facilitar o processo de consumo mediante a proposição de uma renda através de um serviço de pensão. O bem-estar para estas autoras parte do princípio de que para que ele possa ser manifesto, é necessário que haja o desenvolvimento de uma política econômica orientada por uma economia planificada acrescida, ao mesmo tempo, de um sistema de produção em massa (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 86, p. 88-90). Ou seja, é preciso que exista uma sociedade que viabilize o pleno desenvolvimento dos paradigmas keynesiano-fordista em conjunto. Fato que configuraria, sociologicamente, o estabelecimento de “compromissos e reposicionamentos

políticos das classes e seus segmentos, ajustando-se às novas condições e a difusão em massa do novo *ethos* consumista de massa” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 88).

Nesse regimento keynesiano-fordista, o preceito do bem-estar é desenvolvido a partir de um Estado que orienta sua ação política pela garantia de seguros sociais à população, ao passo em que estabelece uma dura luta à erradicação da pobreza (BELLUZZO, 1995, p. 13-15; BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 96-97). Essa circunstância ocorre mediante a regulação da economia sob a forma da imposição de tributos tanto às empresas, quanto aos cidadãos. Fato que permite formar um “superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 86). Dessa forma, para Keynes, conforme a interpretação, caberia ao Estado:

A partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 85)

Essa funcionalidade permite ao Estado desenvolver medidas políticas caracterizadas como políticas sociais que capacitam os indivíduos a participarem da vida econômica de sua sociedade sob a forma de políticas de pleno emprego (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 86-87). Conjuntura que leva a geração de mais renda e de um maior consumo de bens e, por conseguinte, de um maior volume de tributos que permitem a ampliação e o desenvolvimento de novas políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 92-93). O resultado deste sistema de bem-estar, conforme apontam Behring e Boschetti (2006, p. 101) é o desenvolvimento de um novo paradigma social por parte do Estado. O discurso desta instituição aponta à necessidade de haver uma diferença de classes entre os membros de uma sociedade, ainda que paradoxalmente, eles possam partilhar de um bem político comum assegurado pelo princípio de uma igualdade de direitos (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 101; GORCZEVSKI, 2005, p. 1285-1286; MARSHALL, 1967, p. 62; 77). Fato que permite a manutenção do sistema capitalista, como torna legítima a intervenção do Estado liberal de Direito na economia e na esfera privada, ante a sua busca pela ampliação dos direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 102; OLIVEIRA, 2002, p. 49-50).

Na obra da assistente social Pereira (2008), encontra-se a mesma linha de pensamento. Segundo a tese de que o sistema de bem-estar é um produto derivado da inter-

relação entre fatores econômicos (keynesiano-fordismo) e políticos (políticas sociais), mas que não permitem, no entanto, caracterizar este sistema como uma consequência direta desta situação. Ela defende a tese, de que o sistema de bem-estar é uma consequência da maneira de aplicação dos direitos sociais em um regime de Welfare State.

Segundo Potyara Pereira, o Welfare State desenvolvido no imediato pós-II Guerra Mundial é um modelo de contrato social que vem a ser sustentado pelas diretrizes keynesianas de planificação da economia, seguida por uma política de pleno emprego (PEREIRA, 2008, p. 56). Fato que leva ao Estado desenvolver medidas políticas conhecidas como políticas sociais, a transformar um modelo de contrato social em uma realidade concreta (PEREIRA, 2008, p. 57; MARSHALL, 1967, p. 86). Esses padrões de políticas fazem com que o Estado induza aos seus membros a participarem deste acordo, mediante a garantia de status social, de acesso aos meios de consumo e a serviços públicos gratuitos (GORCZEWSKI, 2005, p. 1284-1285; MARSHALL, 1967, p. 88). Nesse contexto, seu objetivo consiste ser o fomento à participação destes agentes sociais nas engrenagens que sustentam este contrato, que é uma economia regulada pelo Estado (PEREIRA, 2008, p. 57-58).

Assim sendo, o sistema de bem-estar pode ser considerado como um resultado da forma pela qual o contrato social proposto pelo Estado, é aplicado através das políticas sociais desenvolvidas pelo mesmo (PEREIRA, 2008, p. 56-58; MARSHALL, 1967, p. 88). Fato que garante o fenômeno do bem-estar um caráter muito mais particularista do que universal, posto que a sua definição deva partir da maneira pelo qual ele é posto em vigência variando de Estado para Estado, o grau com que a planificação da economia e/ou o grau da política de pleno emprego são postos em vigência (PEREIRA, 2008, p. 45, p. 50-51).

Nesses cenários apresentados, quanto à noção de bem-estar pode-se perceber que se estabelece um consenso comum em torno deste preceito: o bem-estar é uma consequência da inter-relação entre o Estado e a economia, dado isso os indivíduos são, ao mesmo tempo, os meios e os objetivos das ações desenvolvidas pelo primeiro sobre o último (MARSHALL, 1967, p. 61-62, p. 7374). O Estado impera sobre a economia, conquanto ceda a este último, os meios necessários para que o processo de acumulação de capital possa ser mantido, através do fomento a políticas sociais de pleno emprego, acrescidas de incentivo ao consumo enquanto forma de saciedade dos interesses pessoais (CORTINA, 2005, p. 67; COUTO, 2006, p. 61; MARSHALL, 1967, p. 94).

Logo, o princípio do bem-estar pode ser entendido como uma situação que se estabelece numa sociedade capitalista, onde os indivíduos podem fazer uso de estruturas

sociais, como as políticas de pleno emprego, para atingirem objetivos pessoais (CORTINA, 2005, p. 67, p. 69-70; MOREIRA, 2009, p. 52, p. 56). O objetivo deste princípio social torna-se utilizar o Estado através do uso de políticas sociais orientadas à capacitação de cada indivíduo como um consumidor em potencial. Fato que garante aos sujeitos uma perspectiva de passividade ante a vida política de sua comunidade, posto que eles buscam utilizar a prática política como instrumento de barganha para com os governantes para conseguir mais direitos. Ou seja, os cidadãos utilizam as políticas sociais enquanto meios legais para obterem um maior acesso à condição de consumidor, que passa a ser sinônimo de cidadão (GORCZEWSKI, 2005, p. 1285; MARSHALL, 1967, p. 103; MOREIRA, 2009, p. 55). No entanto, este contexto passa a fazer com que o debate político seja concebido como uma forma de dominação burocrática e patriarcal do Estado por sobre os seus membros (CORTINA, 2005, p. 63; WEBER, 2001, p. 349-354).

Contudo, na atualidade, a inversão do processo de dominação do Estado sobre a economia através da consolidação do neoliberalismo, nos impõe uma nova perspectiva de realidade social. A “dissolução” paulatina dos Estados nos blocos transnacionais e a desregulamentação do processo produtivo (ANTUNES, 2007, p. 29-30; CASTELLS, 1999, p. 164; SUNKEL, 1999, p. 183) induz aos indivíduos a buscarem novas formas de interação social – como diria Pierre Clastres, novas formas de socialidade (BARBOSA, 2004) –, objetivando o estabelecimento de uma nova forma de bem-estar comum. Logo, torna-se necessário analisar de que modo podemos conceber um modelo de cidadania que busque tornar os indivíduos não em sujeitos apáticos, que contam apenas com a tutela legal das estruturas políticas de suas comunidades sociais (NOGUEIRA, 2005, p. 103).

5.3 UM SISTEMA DE BEM-ESTAR EM UMA REALIDADE GLOBALIZADA

Considerando-se a realidade pós-nacional e globalizada que se evidencia na atualidade, na obra *Cidadãos do mundo: por uma teoria da cidadania* (2005), Adela Cortina aponta que a redução do papel do Estado na vida pública da atualidade, não é um aspecto totalmente ruim para a construção de um regime de bem-estar. Para ela, a função do Estado é garantir apenas um mínimo universal de direitos (CORTINA, 2005, p. 59), que garantam aos cidadãos a possibilidade deles construírem os seus próprios regimes de bem-estar sem, no entanto, estes interesses se sobreponem à vontade coletiva (CORTINA, 2005, p. 33, p. 67; 2006a, p. 129).

Segundo a teoria, o Estado não figura como agente plenipotenciário do exercício do poder sobre os cidadãos e a economia, estipulando o objetivo que a sociedade deve atingir como a manutenção do capitalismo no Welfare State (CORTINA, 2005, p. 64-65). Para Adela Cortina, a realidade pós-nacional globalizada é a situação privilegiada para o desenvolvimento de uma sociedade civil ativa que busca através do exercício de seus direitos civis e políticos fazer com que o Estado garanta aos seus membros um mínimo digno de sobrevivência, considerados como direitos sociais (2005, p. 58-59, p. 73). Fato que vem a configurar a defesa de um Estado preocupado com a justiça social, ao invés do bem-estar dos cidadãos. Conforme salienta:

A justiça, fundamento de um Estado social de direito, não é o mesmo que o bem-estar. A primeira deve ser buscada por um Estado que se pretenda legítimo; a segunda exigência deve ser providenciada pelos cidadãos por sua conta e risco, cada um segundo seus desejos e suas possibilidades (CORTINA, 2005, p. 59).

A procura pela justiça no lugar do bem-estar, para ela, é a condição mínima e digna de sobrevivência é apercebida pela Adela Cortina como a principal maneira de os cidadãos fazerem valer os seus direitos civis e políticos orientados à formulação de um bem-estar a ser buscado pelos cidadãos em suas esferas privadas (CORTINA, 2005: p. 52). Logo, estabelece uma nítida diferenciação entre direitos e bem-estar, no sentido de que sua lógica induz-nos a compreender que os direitos sociais como saúde e educação públicas universais, juntamente aos sistemas de pensão, podem ser entendidas como as condições mínimas para se buscar o bem-estar pessoal (CORTINA, 2005, p. 61, p. 66).

Nesse contexto, o contrato social proposto exige o Estado da responsabilidade de conceber políticas de pleno emprego em época de grande desemprego estrutural (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 130-131; CORTINA, 2005, p. 61-63). Esta conjuntura faz com que o Estado seja reconfigurado para uma conotação de Estado mínimo no que concerne às responsabilidades que o mesmo deve ter para com os seus membros (CORTINA, 2005, p. 67-68; MOREIRA, 2009, p. 93-94). Sua função neste sentido, passa a ser a de um Estado que tem de garantir os meios legais para que os indivíduos possam exercer seus direitos e saciarem seus interesses pessoais sem que, todavia, tenham de ser transformados em consumidores pelo Estado (CORTINA, 2001, p. 124-126; 2008, p. 31). Está última posição, recorrente no sistema de bem-estar, o Welfare State é visto por Adela Cortina como uma

atitude paternalista do Estado, já que o mesmo “consiste – recordemos – em impor determinadas medidas contra a vontade do destinatário para evitar-lhe um dano ou proporcionar-lhe um bem” (2005, p. 63-64). Nesse segmento, Adela Cortina vai além, e aponta que a dependência política e econômica paternalista do Estado induz aos cidadãos a se conceberem como seres heterônomos, pois:

O sujeito tratado como se fosse heterônomo acaba convencido de sua heteronomia e assume na vida política, econômica e social uma atitude de dependência passiva própria de um incompetente básico. [Este cidadão] Certamente reivindica se queixa e reclama, mas ficou incapacitado para perceber que é ele quem tem de encontrar soluções, porque, com toda a razão que se o Estado fiscal é dono de todos os bens é dele que deve esperar o remédio para os seus males ou a satisfação de seus desejos (2005, p.64)

Nesse contexto, ao opor-se firmemente à prática intervencionista do Estado, assegura mais uma vez o fato de que não cabe ao Estado saciar/sanar os desejos individuais dos sujeitos. A intervenção é uma característica de supressão da autonomia individual que retira do cidadão sua capacidade de fazer política e de lutar para ampliar seus direitos (GORCZEVSKI, 2005, p. 1286, p. 1288). Assim sendo, Adela Cortina reforça a posição de que cabe ao Estado garantir aos sujeitos condições mínimas de liberdade e igualdade, para que estas pessoas possam encontrar nas leis os meios necessários para que elas possam construir o seu próprio estado – ou seja, sua própria situação – de bem-estar (CORTINA, 2006a, 2006b, 2008). Como afirma:

No Estado de benfeitor o fundamento da ordem política e econômica e sua fonte de legitimidade é o indivíduo com seus desejos psicológicos – ou seja, o bem-estar – e não a pessoa com suas necessidades básicas – ou seja, a justiça –, nenhum Estado imaginável será capaz de satisfazer tais desejos, porque são infinitos; nenhum Estado poderá ser, portanto, legítimo (2005, p. 67-68).

Isto posto, para Adela Cortina, a função do Estado em um regime pós-nacional globalizado não é o de capacitar os seus cidadãos a serem consumidores. Na realidade, o papel do Estado acaba por se conceber como um “fiador” de um contrato social, onde os indivíduos através de suas práticas políticas e deliberativas (CORTINA, 2001, p. 116, p. 157; 2005, p. 72; 2006a, p. 286) intervêm na economia e no Estado. Nessa conjuntura, o sentido do Estado não é dar continuidade ao sistema capitalista – ainda que isso possa ser feito –, mas

sim, ampliar os meios contratuais necessários para que eles possam saciar seus interesses pessoais sem serem dependentes do Estado (2006, p. 278; 2006b, p. 162-167).

6 CONCLUSÃO

O objetivo geral desse trabalho foi de analisar as inovações tecnológicas, seus efeitos no mercado de trabalho e na desigualdade de renda, abordando teorias de políticas sociais para minimizar seus efeitos na sociedade. Esse objetivo foi alcançado, pois no argumento apresentado, mostra que o relevante desenvolvimento de novas tecnologias nas últimas décadas transformou o ambiente das organizações de todos os portes, com repercussões sobre a estruturação ocupacional. As transformações de estrutura tecnológica levaram as empresas a rever seus modelos e sistemas dos processos produtivos e de gestão adotados, bem como a revisar suas estruturas e analisar os resultados da implantação continuada de inovação tecnológicas. A efetivação das mudanças necessárias nas organizações que acolhem novas tecnologias acarretaram em impactos na sua competitividade e nas relações de trabalho de toda ordem.

O primeiro objetivo específico foi de compreender as implicações dos avanços tecnológicos nas novas formas de organizações de trabalho, analisando a dinâmica do emprego formal e informal, e do trabalhador qualificado e não-qualificado. Na qual foi explicado que nas relações de trabalho, essas inovações tecnológicas que otimizam o funcionamento dos processos e da infraestrutura da organização criam também novas oportunidades de emprego. Porém, podem também eliminar postos de trabalho e distanciar o trabalhador do entendimento do processo como um todo, desde que a especialização crescente foi um dos elementos requeridos para o trabalhador, embora observa-se, a partir do final do século XX, o crescimento dos requisitos de conhecimento diversificado e flexível do indivíduo, que possibilite sua adaptação rápida aos novos requisitos de mudança tecnologia.

O segundo objetivo específico foi de analisar as alterações da desigualdade de renda, demonstrando as novas maneiras de distribuição salarial e os lucros altos nas novas organizações, por consequência, do aumento de inovações tecnológicas. Como descrito ao longo do trabalho, foi sendo criada uma nova categoria de postos de trabalho, que exigem trabalhadores mais qualificados e flexíveis, contratados a salários mais baixos. Em períodos de alguma recuperação da atividade econômica, muitos trabalhadores eliminados são recontratados por suas anteriores empresas, contudo sem proteção legal, sem benefícios adicionais e com remunerações inferiores. Um grande número desses trabalhadores administrativos se transformou em trabalhadores contingenciais ou temporários, através de processos de terceirização de serviços. Essas práticas recentes das empresas afetam

principalmente as ocupações de profissionais liberais, técnicos e outros trabalhadores qualificados, refletindo os esforços das empresas para reduzir seus custos unitários de produção

O terceiro e último objetivo específico foi de caracterizar a importância e o papel do Estado de bem-estar social da terceira geração, o uso de políticas sociais, no intuito de minimizar a desigualdade de renda e sustentar os níveis de crescimento econômico. Como visto, o Estado não figura como agente plenipotenciário do exercício do poder sobre os cidadãos e a economia, estipulando o objetivo que a sociedade deve atingir como a manutenção do capitalismo no Welfare State, a realidade pós-nacional globalizada é a situação privilegiada para o desenvolvimento de uma sociedade civil ativa que busca através do exercício de seus direitos civis e políticos fazer com que o Estado garanta aos seus membros um mínimo digno de sobrevivência, considerados como direitos sociais. Compreendendo, assim, que os direitos sociais como saúde e educação públicas universais, juntamente aos sistemas de pensão, podem ser entendidos como as condições mínimas para se buscar o bem-estar pessoal.

Portanto, é possível concluirmos após análises teóricas, que os objetivos geral e específicos foram atingidos, pois, as mudanças ocasionadas pelo avanço da tecnologia, tem impactado no mercado de trabalho e na distribuição salarial, por conta das tendências e necessidades de mão de obra qualificada para novos postos de trabalho. Assim sendo, vale salientar a importância do Estado como gerador de políticas públicas, que deve assegurar melhores qualificações ao indivíduo, com condições mínimas de sobrevivência no mundo globalizado, para que consiga se adaptar às mudanças rápidas das inovações tecnológicas.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron. Technical Change, Inequality, and the Labor Market. **Journal Of Economic Literature**, Cambridge, v. 40, n. 1, p.1-84, jul. 2000. National Bureau of Economic Research. <http://dx.doi.org/10.3386/w7800>.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Cortez, 2007.

ARAÚJO, Margarete Panerai; SCHMIDT, Anellize; CAMARGO, Grazieli Ferreira. TRABALHO E INOVAÇÃO: OFICINA DE GERAÇÃO DE RENDA. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.103-113, abr. 2011.

ARAÚJO, R. R.; SACHUK, M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

ARAÚJO, R. R.; SACHUK, M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

ARRETCHE, M. T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. *BIB*, n.39, p.3-40, 1995.

ARRETCHE, M.T.S Emergência e desenvolvimento do *Welfare State*: teorias explicativas. *BIB*, n.39, p. 3-40, 1995

ATTANASIO, O.; GOLBERG, P.; PAVCNIK, N. (2004). "Trade Reforms and Income Inequality in Colombia," *Journal of Development Economics* vol. 74, pp. 331-366.

BANCO MUNDIAL. O trabalhador e o processo de integração mundial. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Washington, 1995.

BARBOSA, G. B. A socialidade contra o Estado: a antropologia de Pierre Clastres. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 47, n. 2, p. 529-576, dez. 2004.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. "A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960". **Revista Brasileira de Economia (Impresso)**, v. 49, n. 2, 1995. (in Portuguese)

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Os Determinantes da Desigualdade no Brasil. **Ipea**. Rio de Janeiro, p. 1-74. jul. 1995.

BASTOS, R. L. A. **Desemprego Tecnológico**. Trabalho e tecnologia: Dicionário Crítico. Petrópolis: Vozes e Porto Alegre: UFRGS, 1997.

BASTOS, R.; XAVIER SOBRINHO, G. Produzindo a automação: o trabalho em um segmento recente da indústria gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.632-666, 1993.

BEAUD, M. O Capitalismo De 1500 Aos Nossos Dias. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. Política Social: Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BELLUZZO, L. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, IE, n.4, 1995

BENEVIDES, Claudia do Valle. **UM ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL?** 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BUENO, Josenilda Aparecida Ribas; COSTA, Lucia Cortes da. Pensando o Desenvolvimento: o Estado e a Política Pública de Educação no Contexto do Estado de Bem-Estar Social. *Camino: Caminhos da Educação*, Franca, v. 8, n. 2, p.135-153, jan. 2016.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informatização. In: SOLA Lourdes; WILHEIM, Jorge; BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: UNESP: Brasília: ENAP, 1999, p.147-171.

CHALLENGER, J. A. (2005). Working in the future. **The Futurist**, 39(6), 47-50.

CHUI, M.; MANYIKA, J.; MIREMADI, M. Where machines could replace humans—and where they can't (yet). Artigo McKinsey Quarterly, jul, 2016

CONCEIÇÃO, Octavio. A centralidade do conceito de inovação tecnológica no processo de mudança estrutural. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.21, n.2, p.58-76, 2000.

CORREIA, A. M. M.; GOMES, M. L. B. HABITATS FOR INNOVATION IN KNOWLEDGE ECONOMY: IDENTIFYING ACTIONS FOR SUCCESS. **Review Of Administration And Innovation - Rai**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.33-54, 4 jul. 2012. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

CORTINA, A. Aliança e contrato: política, ética e religião. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

CORTINA, A. Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CORTINA, A. Ética aplicada y democracia radical. Madrid: Tecnos, 2001.

CORTINA, A. Ética mínima: introducción a la filosofía práctica. Madrid: Tecnos, 2006a.

CORTINA, A. Ética sin moral. Madrid: Tecnos, 2006b.

CORTINA, A. Hasta un pueblo de demonios: ética pública y sociedad. Madrid: Taurus, 1998.

COUTO, B. R. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

CURRIE, J.; HARRISON, A. (1997). "Sharing the Costs: The Impact of Trade Reforms on Capital and Labor in Morocco," *Journal of Labor Economics*, vol. 17, No 3, pp. S44-S71.

CROSBY, O. New and emerging occupations. *Occupational Outlook Quaterlly*, 46(3), 17-25, 2002.

DELGADO, M.G.; PORTO, L.V. (organizadores). O Estado do bem-estar social no século XXI, mar. 2018

DELUIZ, N.. A globalização econômica e os desafios da formação profissional. In: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Rio de Janeiro. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, 1996, v. 22, nº 2, maio/agosto 1996.

DOSI, Giovanni. *Techonological paradigms and techonological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change*. In: *Reserch Policy*, 1982.

FIRPO, S. Efeito da crise: salário por nível de escolaridade, 2018.

FOURSALES. As previsões do Fórum Econômico Mundial sobre o futuro do trabalho, 2018. Disponível em: <http://www.foursales.com.br/carreira/as-previsoes-do-forum-economico-mundial-sobre-o-futuro-do-trabalho/>

FUCK, M. P; VILHA, A. M. Inovação Tecnológica: da definição a ação. Ed. UFABC. Contemporâneos: Revista Artes e Humanidade. N.9 .2012.

FUCK, M. P; VILHA, A. M. Inovação Tecnológica: da definição a ação. Ed. UFABC. Contemporâneos: Revista Artes e Humanidade. N.9 .2012.

FUCK, Marcos Paulo. Resenha: "Teoria do Desenvolvimento Econômico", de Joseph Schumpeter. *ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, v. 57, 2004.

FURSTENBERG, F. 'Social capital and the role of fathers in the family', Chapter 15 in A. Booth & A. Creuter (eds) *Men In Families: When Do They Get Involved? What Difference Does It Make?*, Lawrence Erlbaum, New Jersey, 1998

GALBRAITH, J. K. O Pensamento Econômico em Perspectiva – Uma História Crítica, 1989.

GALLOUJ, F.; DJELLAL, F. *The Handbook of Innovation in Services*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010

GERBELLI, L. G. Crise faz crescer diferença salarial por anos de estudo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/11/crise-faz-crescer-diferenca-salarial-por-anos-de-estudo.ghtml>

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002

GONÇALVES, M.A.S. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994.

GORCZEWSKI, C. Direitos humanos, educação e cidadania. In: LEAL, Roberto Gesta; Reis, Jorge Renato dos. Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos, tomo 5. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 1279- 1303

HARRISON, A.; HANSON, G. “Who Gains From Trade Reforms? Some Remaining Puzzles,” Journal of Development Economics, vol. 59, pp. 125-154, 1999.

HARRISON, Rupert; JAUMANDREU, Jordi; MAIRESSE, Jacques. Does Innovation Stimulate Employment? A Firm-Level Analysis Using Comparable Micro-Data from Four European Countries. Journal Of Industrial Organization, Cambridge, v. 35, n. 1, p.29-43, ago. 2008. National Bureau of Economic Research. <http://dx.doi.org/10.3386/w14216>.

HERZ, R. International Conference Computer aided Rehabilitation of Water networks CARE-W. TU Dresden, November 2002.

HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOURLANI, A. Uma História dos Povos Árabes. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

IBGE. Desigualdade de renda atinge regiões, gêneros, cores e escolaridades, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18377-desigualdade-de-renda-atinge-regioes-generos-cores-e-escolaridades.html>

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p.

ISTOÉ. Desigualdades crescem no mundo, principalmente nos EUA, 2017. Disponível em: <https://istoe.com.br/desigualdades-crescem-no-mundo-principalmente-nos-estados-unidos/>

JAIMOVICH, N.; SIU, H.E. The trend is the cycle: Job polarization and jobless recoveries. Working Paper 18334, National Bureau of Economic Research, 2012.

KALECKI, M. “Trend and the Business Cycle”. In: Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy, 1930-1970, op. cit., 1971, 1968.

KATO, J. M; PONCHIROLLI, O. O desemprego no Brasil e os seus desafios éticos. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 87-97, 2002.

KATO, J.M.; PONCHIROLLI, O. O desemprego no Brasil e os seus desafios éticos. In: v.5, n.3, p. 87-97, Revista da FAE, Curitiba: set/dez. 2002.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; KERSTENETZKY, Jaques. O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Idéias. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p.581-615, set. 2015.

KON, A. “Mercado de trabalho, assimetrias de gênero e políticas públicas: considerações teóricas”, em Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, CEAG/Unb, n.02, jan. 2014

KON, A. “Políticas Públicas sobre trabajo y género em América Latina”, em Caccimali, Banko e Kon, *Los desafíos de la política social em América Latina*. Caracas: Facultad de Ciencias Economicas y Sociales, 2002

KON, A. “Segmentação Ocupacional dos trabalhadores brasileiros segundo raça”, em Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, **ABEP/2004**, Caxambu, set. 2004

KON, A. A divisão do trabalho no Brasil segundo gênero: repercussões sobre o desenvolvimento econômico. Relatório de Pesquisa CNPq, 2007

KON, A. A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil / Anita Kon – Rio de Janeiro, RJ : Alta Books, 2016

KON, A. A Estrutura Ocupacional Brasileira: uma abordagem regional. Brasília: SESI, 1995.

KON, A. Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil (Org.). São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002

KUHNLE, S. A Globalização e o desenvolvimento das Políticas Sociais, em “*International Summer Symposium on Social Policy*”, 2018

LENIN, V.I. “*Staat und Revolution. Die Lehre des Marxismus vom Staat und die Aufgaben des Proletariats in der Revolution*”. In: Lenin, V I Werke. Band 25. Berlin: Dietz, 1974.

LORENZI JÚNIOR, D.; SIEDENBERG, D. R. . Inovações tecnológicas e seus efeitos sobre o nível de emprego no setor industrial. **Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p.1-18, out. 2005.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1967.

MARTINS, Mauê Ângela Romeiro. GLOBALIZAÇÃO E SEU REFLEXO “FLEXIBILIZAÇÃO” NO DIREITO DO TRABALHO. **Revista Jurídica da Universidade de Cuiabá**, Cuiabá, v. 13, n. 2, p.128-152, jan. 2011.

MAURES, A.; DEGAIN, C. *Globalization and trade flows: what you see is not what you get*, WTO, Staff Working Paper ERSD-2010-12, jun. 2010

MCPHERSON, C. B. A teoria do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELLO, L; MENEZES-FILHO, N.; SCORZAFAVE, L. "Improving Labour Utilisation in Brazil," OECD Economics Department Working Papers, n. 533, OECD, Economics Department, 2006.

MENEZES-FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. Crescimento da renda e as escolhas dos jovens entre os estudos e o mercado de trabalho. In: Encontro Nacional de Economia, 42., 2014, Natal, Rio Grande do Norte. Anais... Natal: Anpec, dez. 2014.

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. Tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro. Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 56, fev. 2014. Disponível em: .

MORAES NETO, B.R. *Século XX e trabalho industrial. Taylorismo/Fordismo, ohonismo e automação em debate*. São Paulo: Xamá, 2003

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

OECD. Panorama sobre a Educação 2013. Edição de 2013.

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development, Manual de Oslo – Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação, OECD – tradução FINEP, Brasília, 2006.

OECD, *Gender and Economic Empowerment of Women*, Paper n. 3, Genève, 2007.

OECD, *Gender Equality in Education, Employment and Entrepreneurship: Final Report to the MCM 2012*, Paris, 2012

OECD. Manual de Oslo – Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação, OECD – tradução FINEP, Brasília, 2006.

OECD. *The Well-being of Nations. The role of Human and Social capital*, OECD, Paris, 2001

OHLIN, B. “*Economic recovery and labour market problems in Sweden: II*”, *International Labour Review*, International Labour Organization, vol. 152, p. 19-35, jan. 2013

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. Brasília: OIT, 2001.

OLIVEIRA, F. E. B. Perspectivas da seguridade social no Brasil. In: Políticas sociais: instrumentos de justiça social. Salvador: FLEM, 2002, p. 47-58.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Schumpeter: a destruição criativa e a economia em movimento. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 16, p.100-122, jun. 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Algumas Considerações sobre Inovação Tecnológica, Crescimento Econômico e Sistemas Nacionais de Inovação. **Revista Fae**, Curitiba, v. 4, n. 3, p.5-12, dez. 2001.

PALOMARES, V. A.; ZAZERI, L. A. Mercado de Capitais: Trajetória, Inovação e Algoritmos. Boletim Técnico do SENAC, 2016.

PATERSON, J. (2002). Tomorrow's job titles. *The Futurist*, 36(3), 9.

PEREIRA, P.A. Política Social: Temas & Questões. São Paulo, 2008.

PEREZ, C. "Revoluciones tecnológicas y paradigmas tecnoeconómicos", em *Tecnología y Construcción*, n. 21, Caracas, 2005

PEREZ, C. Revoluciones Tecnológicas y Capital Financeiro, Siglo XXI, México, 2002

PESSÔA, S.A. Perspectivas de Crescimento no Longo Prazo para o Brasil: Questões em Aberto. São Paulo, mar. 2006

PISTONO, F. Os robôs vão roubar seu trabalho, mas tudo bem : como sobreviver ao colapso econômico e ser feliz / Federico Pistono ; tradução Pedro Maia Soares. — 1a - ed. — São Paulo : Portfolio-Penguin, 2017

QUADROS, R.; VILHA, A. M. Tecnologia de Informação no gerenciamento do processo de inovação. MG. Revista Fonte-PRODENGE. Ano 3, nº 6. Jun/dez 2006.

RAMOS, L. "O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais", Texto para Discussão IPEA, n. 1255, 2007.

RAMOS, R. A Importância do Capital Social para a Governança do Arranjo Produtivo Local de Gemas de Teófilo Otoni. / Rossandro Ramos. – Rio de Janeiro: UERJ / Faculdade de Ciências Econômica, 2007. x, 112f. : il. ; 31 cm.

RIBEIRO, M. G. Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.169-188, jan.-mar., 2017

RICARDO, David. Princípios de economia Política e Tributação. São Paulo, 1982.

RIMA, I. H. *Labor Markets in a Global Economy*. London: M. E. Sharpe, 1996
SACHUCK, M. I., TAKAHASHI, L. Y. e AUGUSTO, C. A. Impactos da inovação tecnológica na competitividade e nas relações de trabalho. CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO. v. 16, n.2, p. 57-66, jul/dez. 2008.

SACHUCK, M. I., TAKAHASHI, L. Y. e AUGUSTO, C. A. Impactos da inovação tecnológica na competitividade e nas relações de trabalho. CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO. v. 16, n.2, p. 57-66, jul/dez. 2008.

SARSUR, A.M. Repensando a "Empregabilidade", a "Empresabilidade" e a "Nova" Gestão de Recursos Humanos: Um Estudo junto a Organizações e Profissionais em Minas Gerais. In:

ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 25, 2001, Campinas, SP, Anais ... São Paulo: Anpad, 2001.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper & Row, 1942, 381 pp.; Third edition, 1950, 431 pp.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas), 1911.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCHUMPETER, J. Teoria do Desenvolvimento Econômico, uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juros e o Ciclo Econômico. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1997

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.72-81, jun. 2000.

SEN, A. “Work and rights”, em *International Labour Review*, v. 152, n. S1 (Special Supplement), 2013

SILVA Jr, G. G.. Criação, destruição e rotatividade do emprego formal no setor privado brasileiro (1997-2012). Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. TD2111, p. 1-23, 2015.

SILVA Jr, G. G.. Market Structure effects on Wages in the Brazilian Industrial Firms. Estudos Econômicos (USP. Impresso), v. 41, p. 521-536, 2011

SILVA Jr, G. G.; LIMA, D. A. . Salários, comércio internacional e padrões tecnológicos. Revista Economia & Tecnologia (RET), v. 10, p. 99-117, 2014.

SILVA Jr, G. G.; RIBEIRO, E.P. . Criação e destruição de emprego formal no Brasil: características e assimetrias para o período 1998 a 2005. In: Danilo Santa Cruz Coelho; Divonzir Arthur Gusso. (Org.). Impactos tecnológicos sobre a demanda por trabalho no Brasil. Brasília: Ipea, 2011, v. , p. 13-43.

SILVA Jr, G. G.; SILVA, H. J. M. . Impactos das importações de bens no prêmio salarial dos polos-setores de TIC brasileiros. Revista Economia e Tecnologia, v. 8, p. 129-136, 2012.

SILVA, N. P. A. da. Trabalho e serviço social: (re) configuração do trabalho e os impactos para o mercado profissional. 2015. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

SÔNIGO, D. CALDAS, E. Bilionários do setor de tecnologia embarcam no movimento da renda básica universal, 2017. Disponível em:
<https://epocanegocios.globo.com/Revista/noticia/2017/07/bilionarios-do-setor-de-tecnologia-embarcam-no-movimento-da-renda-basica-universal.html>

- STEINDL, J. "Technical Progress and Evolution", In: SAHAL D. (a cura di), *Research, Development and Technological Innovation*, Lexington Books, Lexington, pp. 131- 141, 1980
- STIGLITZ, J. "The global crisis, social protection and Jobs", em *International Labour Review*, v. 152, n. S1 (Special Supplement), 2013
- STIGLITZ, J.; DOYLE, M. "Eliminating Extreme Inequality: A Sustainable Development Goal, 2015-2030", em *Ethics and International Affairs*, mar. 2014
- SUNKEL, O. Globalização, Neoliberalismo e reforma do Estado. In: SOLA Lourdes; WILHEIM, Jorge; BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: UNESP: Brasília: ENAP, 1999, p.173- 195
- TAFNER, P. Brasil: o estado de uma nação. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), 2006
- TAUILE, J. R. "Microeletrônicos e automação: implicação para o trabalho e a organização da produção no Brasil", em *Planejamento Econômico*, n. 14, v. 3, 1984
- TAUILE, J.R.; OLIVEIRA, C.E.M. *Difusão da Automação no Brasil e os efeitos sobre o Emprego: Uma resenha da literatura Nacional*, Instituto de Economia Industrial, UFRJ, 1987
- TIGRE, P. B. Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma. Revista Brasileira Inovação / Braz. Inov. J., Campinas (SP), v. 4, n. 1, fev-abr, 2005
- TOBIN, S. Trends in employment and inequality. In: TORRES, R. (Ed. E Coord.) *World of Work Report 2008: income inequalities in the age of financial globalization*. International Institute for Labour Studies, International Labor Organization, Suíça, 2008, p. 1-37
- TORRES, R. Executive summary. In: TORRES, R. (Ed. e Coord.) *World of Work Report 2008: income inequalities in the age of financial globalization*. International Institute for Labour Studies, International Labor Organization, Suíça, 2008
- TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **Os conceitos de ajustamento ricardianos, keynesianos e schumpeterianos e a questão do emprego na economia brasileira**. Revista de Economia Política. São Paulo: ed. 34, v.20, n.2 (78), abril-junho/2000.
- VIEIRA, R. M. Teorias da firma e inovação: um enfoque neo-schumpeteriano. Cadernos de Economia, v. 14, n. 27, jul-dez, 2010.
- WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. Parte 2. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- WOOD, A. Openness and wage inequality in developing countries: the Latin American challenge to East Asian conventional wisdom. In: BALDWIN, R. E. Capital and labor in Morocco. **Journal of Labor Economics**, v. 15, p. s44-s71, 1997
- WORLD BANK. What is Social Capital?, WB web site 2014, acesso em 2018.

YELLEN, J. L. Labor market dynamics and monetary policy. **Board of Governors of the Federal Reserve System**. Washington, 2014. Available at: .